

Relatório da III Assembléia Plenária

Congresso Nacional do Chile

Valparaíso, Chile

1º a 3 de abril de 2004

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	CERIMÔNIA DE ABERTURA.....	2
3.	PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA.....	3
3.1	Eleição do presidente da III Assembléia Plenária.....	3
3.2	Relatório da Presidenta do FIPA.....	3
3.3	Confirmação dos grupos de trabalho.....	3
3.4	Outros assuntos.....	4
4.	SESSÃO FINAL DA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA.....	4
4.1	Relatórios dos grupos de trabalho.....	4
4.1.1	Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas.....	5
4.1.2	Grupo de trabalho nº 1 — A luta contra o terrorismo.....	5
4.1.3	Grupo de Trabalho nº 2 — O processo da Área de Livre Comércio das Américas.....	6
4.1.4	Grupo de Trabalho nº 3 — Sistemas fiscais nas Américas.....	6
4.2	Aprovação das resoluções do comitê executivo.....	7
4.2.1	Resolução 1 — Inclusão oficial das legislaturas nacionais das Américas no FIPA.....	7
4.2.2	Resolução 2 Reafirmar o compromisso com os valores democráticos das Américas.....	7
4.3	Eleição dos membros do Comitê Executivo para o período de 2004 – 2006.....	7
4.4	Eleição do presidente do FIPA.....	8
4.5	Eleição do local da próxima Assembléia Plenária.....	8
4.6	Declaração de repúdio à violência contra parlamentares.....	8
4.7	Cerimônia de encerramento.....	8
5.	ANEXOS.....	10
5.1	Anexo 1 — Países e delegados participantes.....	10
5.2	Anexo 2 — Discursos da cerimônia de abertura.....	14
5.2.1	Discurso do presidente do Senado do Chile.....	14
5.2.2	Discurso da presidenta do FIPA.....	15
5.2.3	Discurso do presidente da Câmara dos Deputados do Chile.....	18
5.2.4	Discurso do Presidente da República do Chile.....	20
5.3	Anexo 3 – Apresentação sobre a ALCA, Ministra das Rel. Exteriores do Chile.....	25
5.4	Anexo 4 — Pauta da III Assembléia Plenária.....	34
5.5	Anexo 5 — Relatório da Presidenta do FIPA.....	36
5.6	Anexo 6 — Grupo de Mulheres Parlamentares: relatório e recomendações.....	41
5.7	Anexo 7 — Grupo de trabalho 1 (Terrorismo): relatório e recomendações.....	45
5.8	Anexo 8 — Grupo de trabalho 2 (ALCA): relatório e recomendações.....	53
5.9	Anexo 9 — Grupo de trabalho 3 (Sistemas fiscais): relatório e recomendações.....	65
5.10	Anexo 10 — Resolução 1.....	71
5.11	Anexo 11 — Resolução 2.....	74
5.12	Anexo 12 — Composição do Comitê Executivo.....	75

1. Introdução



A convite do Congresso do Chile, a III Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) foi realizada nos dias 1º, 2 e 3 de abril de 2004 no Congresso Nacional do Chile, em Valparaíso.

Cem parlamentares estiveram presentes neste evento importante, que reuniu delegações oficiais de 23 países do hemisfério e dois parlamentos regionais.

(consulte o Anexo 1 para ver a lista das delegações e países participantes)

Durante a reunião, três grupos de trabalho tiveram a oportunidade de discutir o papel dos parlamentares na luta contra o terrorismo, o processo da Área de Livre Comércio das Américas e a harmonização dos sistemas fiscais hemisféricos. O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas também realizou sua segunda sessão de trabalho.

2. Cerimônia de abertura

A III Assembléia Plenária do FIPA foi inaugurada oficialmente com uma cerimônia especial na Salão de Honra do Congresso Nacional do Chile na quinta-feira, 1º de abril de 2004.

O presidente do Senado do Chile, senador Hernán Larraín, deu as boas-vindas aos participantes e destacou seu apoio às iniciativas de integração parlamentar nas Américas. Em seguida, declarou a Assembléia Plenária oficialmente aberta.

A presidenta do FIPA, a senadora canadense Céline Hervieux-Payette, agradeceu os anfitriões da Assembléia por sua hospitalidade e falou sobre a importância do FIPA como um mecanismo de participação parlamentar no desenvolvimento do multilateralismo hemisférico.

A segunda sessão da cerimônia foi iniciada pelo Presidente da Câmara dos Deputados do Chile, Pablo Lorenzini, que reiterou as boas-vindas aos delegados e enfatizou a importância do desenvolvimento do diálogo e da diplomacia parlamentar entre os legisladores do hemisfério.

O presidente da República do Chile, o Exmo. Sr. Ricardo Lagos, expressou então seu apoio ao trabalho da Assembléia, e falou sobre cada um dos temas da pauta, ressaltando a necessidade de se apoiarem as iniciativas de integração nas Américas.

(Consulte o Anexo 2 para ler os textos dos discursos da cerimônia de abertura.)



Finalmente, a ministra das Relações Exteriores do Chile, Soledad Alvear, encerrou a cerimônia de abertura com a apresentação dos avanços obtidos nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas

(consulte o Anexo 3 para ler o texto do discurso da ministra).

3. Primeira Sessão da Assembléia Plenária

Os trabalhos formais da III Assembléia Plenária iniciaram com a proposta de pauta, que foi apresentada pela presidenta do FIPA, a senadora Hervieux-Payette, e foi aprovada unanimemente pela Assembléia Plenária *(consulte o Anexo 4 para ler o texto da pauta da Assembléia Plenária).*

3.1 Eleição do presidente da III Assembléia Plenária

A senadora Hervieux-Payette presidiu a eleição do presidente da III Assembléia Plenária. Através de uma moção da delegação da Costa Rica, avalizada pela delegação da Guatemala, o senador Sergio Romero, do Chile, foi eleito por aclamação.



3.2 Relatório da Presidenta do FIPA

A senadora Hervieux-Payette apresentou seu relatório anual, resumindo o trabalho do Comitê Executivo e dos grupos de trabalho permanentes. Entre vários itens, a presidenta repassou os resultados da primeira reunião do Grupo de Trabalho Especial sobre Terrorismo, e comunicou a participação do Comitê Executivo na VIII Cúpula Ministerial da ALCA em Miami. Destacou também os esforços empreendidos no momento em prol da participação parlamentar do FIPA no processo da ALCA

(consulte o Anexo 5 para ler o texto do relatório da presidenta).

3.3 Confirmação dos grupos de trabalho

O presidente da III Assembléia Plenária explicou a composição e as regras de procedimento dos grupos de trabalho, a saber:

Grupo de Trabalho nº 1 — A luta contra o terrorismo

Presidente: Senador Raymundo Cárdenas (México)
Coordenadores: Rut Diamint (Universidade Torcuato Di Tella e Wilson Center, da Arg.)
Jorge Calderón (Unidade para a Promoção da Democracia/OEA)
Secretários: Nora Villavicencio (secretária de comissões do Senado do Chile)
Julián Saona (secretário de comissões do Senado do Chile)

Grupo de Trabalho nº 2 — O processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Presidente: Don Boudria, deputado federal do Canadá
Coordenadora: Verónica Silva (ONU-CEPAL)
Secretárias: Isabel Damilano (secretária de comissões do Senado do Chile)
Mariana George-Nascimento (secretária de comissões do Senado do Chile)

Grupo de Trabalho nº 3 — Sistemas fiscais nas Américas

Presidente: Deputado Luiz Carlos Hauly (Brasil)
Coordenador: Juan Cristobal Bonnefoy (ONU – ILPES – CEPAL)
Secretário: Javier Rosselot Jaramillo (secretário de comissões, Câmara de Deputados do Chile)

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

Presidenta: Deputada Margarita Stolbizer (Argentina)
Coordenadora: Sonia Montañó (Unidade de Mulheres e Desenvolvimento, ONU – CEPAL)
Patricia Silva (SERNAM – Serviço Nacional da Mulher do Chile)
Secretária: Ana María Skoknic (secretária de comissões da Câmara de Deputados do Chile)

3.4 Outros assuntos

Durante a primeira sessão da Plenária, o presidente da Assembléia anunciou vários eventos a serem realizados durante a sessão final, o terceiro dia da Assembléia. Explicou que, na ocasião, haveria eleições da metade dos membros do Comitê Executivo (um de cada uma das sub-regiões) e a escolha do local da próxima Assembléia Plenária.

O senador Romero também explicou que, como o mandato da atual presidenta do FIPA já se aproximava do seu término, haveria eleições para o novo presidente na sessão final.



4. Sessão final da Assembléia Plenária

A sessão final da III Assembléia Plenária do FIPA foi realizada na manhã do sábado, dia 3 de abril de 2004, na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional do Chile.

4.1 Relatórios dos grupos de trabalho

Os presidentes dos grupos de trabalho fizeram um resumo de suas deliberações e apresentaram os relatórios finais e recomendações.

4.1.1 Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas



A segunda reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas foi realizado no dia 2 de abril de 2004, presidida pela deputada Margarita Stolbizer, da Argentina.

Sonia Montañó, chefe da Unidade de Mulheres e Desenvolvimento da CEPAL, falou sobre o tema "Governança democrática: políticas públicas a partir de uma perspectiva de gênero — a necessidade de incorporar mulheres e homens em estratégias de

desenvolvimento regional".

Em nome da diretora do SERNAM, Patricia Silvia Meléndez, chefe do Departamento de Situação Jurídica da Mulher, falou sobre os "Avanços e desafios nas políticas de igualdade de oportunidades para mulheres".

Após as deliberações, uma das recomendações do grupo foi a de que os estados-membros do FIPA incluíssem os critérios de gênero e igualdade nas reformas econômicas e institucionais em todas as áreas de formulação de políticas públicas.

(consulte o Anexo 6 para ler o texto do relatório e das recomendações do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas)

4.1.2 Grupo de trabalho nº 1 — A luta contra o terrorismo

O senador mexicano Raymundo Cárdenas presidiu o grupo de trabalho nº 1, composto de 27 parlamentares. A primeira sessão iniciou-se com uma apresentação da oradora convidada, dra. Rut Diamint, intitulada "Terrorismo e democracia nas Américas", seguida da apresentação de um relatório sobre o progresso do projeto da Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) da OEA, "Ação Legislativa Centro-Americana de Combate ao Terrorismo".



Após as apresentações, os parlamentares aproveitaram a oportunidade para trocar idéias com os apresentadores e discutir suas próprias perspectivas sobre a questão. Entre outras coisas, os membros do grupo de trabalho concordaram que tratados internacionais para combater o terrorismo, como a Convenção Interamericana Contra o Terrorismo e a Convenção para a Repressão do Financiamento do Terrorismo, deveriam ser incorporados à legislação interna dos estados-membros.

(consulte o Anexo 7 para ler o texto do relatório e recomendações do Grupo de Trabalho sobre Terrorismo)

4.1.3 Grupo de Trabalho nº 2 — O processo da Área de Livre Comércio das Américas

O Grupo de Trabalho nº 2 foi presidido pelo deputado canadense Don Boudria, e contou com a participação de Verónica Silva, da CEPAL, que fez uma apresentação sobre o tema "A ALCA: debate e negociações", com base na última versão da ALCA, publicada após a VIII Cúpula Ministerial em Miami, em novembro de 2003.

Após a apresentação, os parlamentares debateram a questão e acordaram em várias recomendações, como a participação parlamentar oficial no processo da ALCA, a inclusão da cidadania nos debates da ALCA e um convite para que os parlamentares dos Estados Unidos unam-se a seus colegas de todas as Américas no sentido de haver um maior envolvimento parlamentar no processo da ALCA



(consulte o Anexo 8 para ler o texto do relatório e as recomendações do grupo de trabalho da ALCA).

4.1.4 Grupo de Trabalho nº 3 — Sistemas fiscais nas Américas



O Grupo de Trabalho nº 3 foi presidido pelo deputado brasileiro Luiz Carlos Hauly, e incluiu uma apresentação feita por Juan Cristóbal Bonnefoy, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (ILPES -CEPAL) sobre o tema "Sistemas fiscais das Américas".

Após a apresentação, os parlamentares debateram a questão e reconheceram, entre outros, a importância para os países do FIPA de uma maior harmonização dos mecanismos e sistemas fiscais no contexto mais amplo da cooperação regional

(consulte o Anexo 9 para ler o texto do relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho sobre Sistemas Fiscais).

Após as apresentações feitas pelo presidente de cada grupo de trabalho, o presidente da Plenária apresentou os relatórios dos grupos de trabalho, juntamente com suas recomendações, à análise da Assembléia Plenária. Os relatórios foram aprovados unanimemente, após comentários feitos pelos parlamentares presentes.

4.2 Aprovação das resoluções do comitê executivo

A III Assembléia Plenária aprovou as seguintes resoluções do Comitê Executivo do FIPA:

4.2.1 Resolução 1 — Inclusão oficial das legislaturas nacionais das Américas no FIPA

A primeira resolução adotada pela Assembléia Plenária visa a incorporar de modo oficial as legislaturas dos países-membros na organização do FIPA e, ao mesmo tempo, recomenda a criação de seções nacionais do FIPA para dar seguimento ao trabalho e às recomendações das Assembléias Plenárias.

Esta resolução também incluiu no regulamento do FIPA disposições sobre financiamento e incorporou o esquema de contribuição proposto pelo Comitê Executivo para o período de 2004-2005.

A Assembléia Plenária aprovou a Resolução 1 por unanimidade.

(consulte o Anexo 10 para ler o texto da Resolução 1)

4.2.2 Resolução 2 Reafirmar o compromisso com os valores democráticos das Américas

A segunda resolução adotada pela Assembléia Plenária reafirma o compromisso do FIPA para com a promoção dos valores e princípios democráticos. Esta resolução reitera o apoio do FIPA a eleições livres e abertas e rejeita toda tentativa de coibir os direitos dos parlamentares no exercício de suas funções.

Após debates e a inclusão de algumas modificações, a Reunião Plenária aprovou a Resolução 2 por unanimidade, levando em consideração a exceção feita pela delegação de Cuba.

(consulte o Anexo 11 para ler o texto da Resolução 2)

4.3 Eleição dos membros do Comitê Executivo para o período de 2004 – 2006

A Assembléia Plenária elegeu a metade dos membros do Comitê Executivo para o período de 2004 – 2006. Os representantes de cada uma das quatro sub-regiões foram eleitos desta forma:

Em proposta feita pela delegação do México, o Canadá (representado pelo deputado Don Boudria) foi reeleito representante da América do Norte.

Em proposta feita pela delegação da Jamaica, Barbados (representado pela senadora Sandra Husbands) foi eleito representante do Caribe.

Em proposta feita pela delegação da Costa Rica, Honduras (representada pelo deputado Jack Arévalo) foi eleita representante da América Central.

Em proposta feita pela delegação da Argentina, o Paraguai (representado pelo senador Alejandro Velásquez) foi eleito representante da América do Sul.

(consulte o Anexo 12 para ver a Composição do Comitê Executivo)

4.4 Eleição do presidente do FIPA

A delegação argentina propôs, apoiada pela delegação colombiana, que a senadora canadense Céline Hervieux-Payette fosse indicada para reeleição de presidenta do FIPA. A Assembléia Plenária reelegera a senadora Hervieux-Payette por aclamação para a presidência do FIPA de 2004 a 2006.



4.5 Eleição do local da próxima Assembléia Plenária

A delegação do Chile indicou o Congresso do Brasil para ser o local da Assembléia Plenária do FIPA de 2005.

O Brasil foi eleito o anfitrião da próxima Assembléia Plenária por aclamação. De acordo com o regulamento 2.3(b) do FIPA, o Brasil, como país anfitrião, terá um membro no Comitê Executivo por um ano.

Além disso, a Assembléia Plenária aprovou o Congresso da Colômbia como local da Assembléia Plenária do FIPA em 2006.

4.6 Declaração de repúdio à violência contra parlamentares

A Assembléia Plenária apoiou vigorosamente o delegado da Jamaica em seu repúdio ao seqüestro e ataques pessoais a parlamentares como estratégia de pressão política e intimidação. A Assembléia também expressou sua solidariedade aos parlamentares que encontram-se em condição de reféns e cujas vidas estão em perigo.

4.7 Cerimônia de encerramento

A presidenta agradeceu formalmente a participação de todos os delegados, indivíduos e instituições que trabalharam em conjunto para organizar e tornar a III Assembléia Plenária do FIPA um êxito. Foram feitos agradecimentos especiais ao Presidente da República do Chile, que participou da cerimônia de abertura, à Ministra das Relações Exteriores, ao Ministério do Serviço Nacional da Mulher, à CEPAL, e à Organização dos Estados Americanos por seu apoio.

A senadora Hervieux-Payette agradeceu pessoalmente o deputado Waldo Mora e o senador Sérgio Romero do Chile pela hospitalidade e dedicação na organização da Assembléia

Relatório
III Assembléia Plenária
Valparaíso, Chile, 1º a 3 de abril de 2004
FIPA/PA/2004/REP/p/vf
Original: Espanhol

Plenária. Também foram feitos agradecimentos aos funcionários do Congresso do Chile pelo seu trabalho de apoio e organização do evento.

O presidente da Assembléia então declarou a III Assembléia Plenária do FIPA oficialmente encerrada.

* * * * *



5. Anexos

5.1 Anexo 1 — Países e delegados participantes

Presidenta do FIFA

Senadora Céline Hervieux-Payette

Argentina

Senador Daniel Scioli (Presidente do Senado)

Senador Antonio Cafiero

Senadora Silvia Gallego

Senador Mario Lozada

Senador José Zavalía

Senador Celso Jaque

Deputado Luis Molinari

Deputada Margarita Stolbizer

Barbados

Senadora Sandra Husbands

Deputado Louis Tull

Belize

Deputado Dave Burgos

Bolívia

Senador Leopoldo Fernández

Senador Hugo Carvajal

Brasil

Deputado Luiz Carlos Hauly

Deputado João Paulo Gomes da Silva

Canadá

Deputado Don Boudria

Senadora Madeleine Plamondon

Senador Michel Biron

Senador Mac Harb

Deputado Roy Bailey

Deputado Philip Mayfield

Chile

Senador Sergio Romero
Senador Juan Antonio Coloma
Deputado Waldo Mora
Deputado Juan Masferrer
Deputado Jorge Burgos
Deputado Carlos Ignacio Kuschel
Deputado Carlos Hidalgo
Deputada Ximena Vidal
Deputada Alejandra Sepúlveda

Colômbia

Senador Juan Carlos Restrepo
Senador Gabriel Zapata Correa
Deputado Sergio Díaz-Granados
Deputada Nancy Patricia Gutiérrez

Costa Rica

Deputado Mario Calderón

Cuba

Deputado Tubal Paez

Equador

Deputado Edgar Ortiz

El Salvador

Deputado Ernesto Castellanos
Deputado Elizardo González

Granada

Deputado Chester A. Humphrey

Guatemala

Deputado Carlos Santiago Nájera
Deputado Víctor Gutiérrez
Deputado Salvador González
Deputado Lester Reyna
Deputado Juan Ramón Alvarado
Deputado Juan Cifuentes
Deputado Carlos Morales
Deputada Virna Ileana López

Honduras

Deputado Nedis Adrián Licon
Deputado Jack Arévalo
Deputado Eliseo Vallecillo

Jamaica

Senador Anthony Jonson

México

Senador Raymundo Cárdenas
Senadora Sara Castellanos
Deputado Rogelio Flores
Deputado Luis Eduardo Espinoza
Deputado Jesús Martínez
Deputado Francisco Monarrez
Deputado Armando Leyson Castro
Deputada Blanca Gamez

Paraguay

Senador Alejandro Velásquez
Senadora Ana María Figueredo
Senadora Adriana Franco de Fernández
Senadora Ada Solalinde de Romero
Senadora Ada Fátima Jolalinach
Senador Alfredo Jaeggli
Deputado Teodoro Rivarola
Deputado Simón Benítez Ortiz
Deputado Oscar Ismael Silvero
Deputado Oscar Fernando Mercado
Deputado Miguel Rojas
Deputado Fernando Oreggini
Deputado Edgar Venialgo
Deputado Carlos Samudio

Peru

Deputado Antero Flóres-Araoz

República Dominicana

Senador José Tomás Pérez
Senador Germán Castro

Suriname

Deputada Ruth Wijdenbosch
Deputado Mahawat Khan
Deputado Hubert Asmamiredje

Uruguay

Deputado Alvaro Alonso

Venezuela

Deputado Ricardo Gutiérrez
Deputado Pedro Pablo Alcántara
Deputado Danilo Pérez Monagas
Deputada Tania D' Amelio

Parlamento Andino

Senador Enrique Urquidi Hodgkinson (Presidente)
Deputada Jhannett Madriz
Deputado Freddy Ehlers
Deputada Juana Vallejo

Parlamento Latino-Americano

Senador Jorge Pizarro (Presidente)
Deputado Walter Gavidia
Deputada Norexa Pinto
Deputado Nerio Rauseo

UPD / OEA

Sra. Elizabeth Spehar
Sr. Jorge Calderón

Secretaria do FIPA

Sr. Mateo Barney
Sra. Sabra Ripley

5.2 Anexo 2 — Discursos da cerimônia de abertura

5.2.1 Discurso do presidente do Senado do Chile

Discurso do Exmo. Sr. Senador Hernán Larraín, Presidente do Senado

Original: Espanhol



Como presidente do Senado da República do Chile, gostaria de dar a todos as mais cordiais boas-vindas a esta cerimônia de abertura da III Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas, e gostaria de saudar os parlamentares presentes em nosso Congresso Nacional.

Nestas palavras de boas-vindas, não posso deixar de enfatizar a importância da promoção das relações internacionais entre nossos parlamentos e parlamentares dos países das Américas.

Em nome do Senado do Chile, gostaria de expressar os nossos agradecimentos aos esforços do comitê organizador das câmaras alta e baixa deste Congresso, como também ao Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas.

Uma das prioridades desta Assembléia deverá ser o fortalecimento e estreitamento destas relações. Ainda que o progresso tenha sido significativo e esperançoso nesta área, devemos nos concentrar na institucionalização e sistematização destes relacionamentos.

Como exemplo, gostaria de relatar-lhes minha experiência ao visitar o Parlamento Europeu em Bruxelas.

O Parlamento Europeu é o símbolo do nível de acordo e cooperação que um grupo diverso de países pode alcançar ao trabalhar unido por uma série de princípios e objetivos comuns. Vendo todos aqueles países unidos, não posso deixar de manifestar minha própria esperança de que, em um futuro não muito distante, possamos alcançar um êxito similar para os países das Américas.

Podemos criar as bases necessárias para tal futuro através de acordos de livre comércio melhores e mais abrangentes, com uma maior harmonização das legislações internas e, acima de tudo, proporcionando um desenvolvimento cultural mais profundo para os nossos povos. O fortalecimento de laços em todas estas áreas tornará inevitável a necessidade de um órgão legislativo que regule o desenvolvimento de um sistema hemisférico integrado.

Nesta tarefa de alcançar uma maior institucionalização das relações entre os países das Américas e, por que não dizer, de um Parlamento das Américas, os legisladores desempenham um papel fundamental. Nosso papel especial de representantes da sociedade civil e nosso papel de colaboradores e fiscalizadores do Poder Executivo do governo tornam-nos a expressão mais genuína da democracia de nossos países. Presentemente, encontramos-nos na melhor situação possível para criar as estruturas necessárias para alcançar o consenso e acordos que tornem possível construir no futuro uma institucionalização americana forte e eficaz.

Uma vez que assentemos firmemente nossas bases comuns em matérias econômicas, políticas e culturais, o Parlamento das Américas surgirá como necessidade absoluta de um maior intercâmbio e cooperação entre nossos países, e como a única resposta possível a nossos problemas comuns.

Os três grupos de trabalho desta III Assembléia Plenária — sobre terrorismo, ALCA e legislação tributária — encaminham-se para este fim. Como a democracia enfrenta o terrorismo, de que maneira o FIPA pode participar ativamente das negociações da ALCA, e a criação de acordos que levem à harmonização de nossas legislações tributárias nacionais — são todos componentes básicos da integração.

Este objetivo provavelmente não será alcançado em pouco tempo, mas reuniões parlamentares internacionais como esta são o caminho para uma verdadeira revolução na organização política de nosso hemisfério.

Gostaria de pedir a todos os parlamentares, aos outros representantes nacionais e aos representantes das organizações internacionais aqui presentes que trabalhem em direção a um consenso para estabelecer as bases econômicas, institucionais e culturais necessárias para alcançar uma das maiores metas do processo de integração: a criação do Parlamento das Américas.

Muito obrigado.

5.2.2 Discurso da presidenta do FIPA

Discurso da Exma. Sra. Céline Hervieux-Payette Senadora do Canadá, presidenta do FIPA

Original: Inglês – Espanhol



É um prazer poder estar mais uma vez neste país maravilhoso. Gostaria de agradecer os anfitriões pela organização do evento e, principalmente, pela calorosa acolhida. Também gostaria de reconhecer o trabalho dos colegas chilenos que deixaram suas diferenças partidárias de lado ao organizar esta reunião. Fizeram assim uma contribuição importante ao desenvolvimento do FIPA e ao êxito da reunião. Estes colegas são o senador Sergio Romero, um membro fundador do FIPA, e o deputado Waldo Mora, o representante do Chile no Comitê Executivo.

Em 2001, estivemos presentes aqui em Valparaíso, na reunião da organização preparatória da primeira Assembléia Plenária do FIPA. Desde então, as reuniões do FIPA percorreram o hemisfério, com Assembléias Plenárias realizadas em Ottawa, Cidade do México, Cidade do Panamá e agora em Valparaíso. E reuniões do Comitê Executivo foram realizadas em Querétaro, Bridgetown (Barbados), Buenos Aires, Panamá e Miami. Nosso website na Internet permite que todos os parlamentares de todos os países participem e façam contribuições em seu próprio idioma.

Assim, ainda que esta rede de parlamentares esteja crescendo há apenas poucos anos, ela já está tomando forma e começa a dar resultados. Por exemplo, em novembro passado, o Comitê Executivo do FIPA esteve presente na cúpula ministerial de comércio em Miami, onde lançou as bases para a participação parlamentar no processo da ALCA. Durante a reunião de Miami, tivemos a oportunidade de nos reunir com representantes de organizações da sociedade civil, porta-vozes do setor privado e ministros de comércio exterior. O diálogo foi franco e aberto, pudemos conhecer suas posições e trocar idéias sobre o processo da ALCA.

No entanto, embora nossa participação na cúpula de Miami tenha sido bem recebida por todos os envolvidos no processo de negociação da ALCA, a participação do FIPA ainda não foi reconhecida oficialmente. Estamos pedindo o apoio de nossos respectivos governos a esta iniciativa, para que ela possa ser considerada um esforço parlamentar conjunto.

De qualquer maneira, nossa participação em Miami constitui um bom exemplo da maneira como nós, parlamentares, podemos contribuir para a criação de pontes entre os vários setores de nossas comunidades. São os congressistas, deputados e senadores que estão em contato direto com os cidadãos e que devem responder às perguntas e exigências de seus respectivos distritos eleitorais. Para tanto, não basta os parlamentares estarem bem informados sobre o que os seus governos estão fazendo e os processos em que estão envolvidos; é preciso também que contribuam construtivamente para o próprio processo.

Está claro que os parlamentares foram chamados a desempenhar um papel ativo no desenvolvimento do multilateralismo. A diplomacia parlamentar é um conceito que deve evoluir de maneira que os representantes eleitos dos cidadãos participem ativamente dos processos que, em última instância, afetarão direta ou indiretamente aqueles que os elegeram.

A participação parlamentar no processo multilateral não pretende ser um obstáculo ao trabalho dos governos no desenvolvimento de sua política internacional, nem muito menos apropriar-se de funções que são de domínio exclusivo do Poder Executivo. Ao contrário, o objetivo dos parlamentares é ajudar construtivamente neste trabalho, de forma que os parlamentares possam contribuir à viabilidade política dos acordos, e possam prestar o apoio democrático necessário para a aplicação e implementação dos mesmos. Outra razão para a participação é que o desenvolvimento do multilateralismo normalmente é acompanhado pela preparação de legislação interna, já que a ratificação e implementação dos acordos e convenções normalmente exigem a adaptação das normas existentes e a criação de legislação complementar.

O trabalho do Poder Executivo no nível internacional sempre acaba sendo complementado pelo trabalho do legislativo. Todos sabemos que as leis não podem ser estáticas, que elas devem evoluir paralelamente ao desenvolvimento social, econômico e político do país. Isto é especialmente verdadeiro hoje, quando os desenvolvimentos em comunicações, comércio internacional e integração regional exigem que estejamos atualizados em todas as áreas. Ao final, aqueles que têm mais chance de êxito não são os maiores ou mais fortes, nem os mais inteligentes ou espertos, mas os que têm melhor capacidade de adaptar-se a novas condições.

Colegas parlamentares:

Nossos governos devem conscientizar-se de que, nesta nova ordem mundial, a participação parlamentar no desenvolvimento da política internacional hoje é mais relevante que nunca. Assim, eles devem procurar criar os espaços que garantam tal participação.

Ao mesmo tempo, nós, parlamentares, devemos compreender que tal participação deverá ser feita de forma responsável e construtiva. O motivo real de nossa participação deverá ser a busca do bem-estar coletivo de nossos povos.

Portanto, incentivo-os a que continuemos o desenvolvimento desta iniciativa conjunta do FIPA como um mecanismo que garanta que os trabalhos dos parlamentares, do Canadá à Argentina, sejam coordenados; que as experiências e os conhecimentos sejam compartilhados; e que os benefícios do multilateralismo sejam aproveitados por todos.

Há dois anos tive a honra de ser eleita presidenta do FIPA, uma organização que agora começa a colher resultados concretos. Recentemente, os membros do Comitê Executivo pediram-me para continuar este trabalho no FIPA. Ainda que não tivesse planos para fazê-lo, estou preparada para servir por mais um mandato, se os membros desta Assembléia Plenária assim o decidirem e se puder continuar a receber seu apoio contínuo e ativo no desenvolvimento do FIPA.

As iniciativas do FIPA não são de responsabilidade exclusiva de seu presidente ou dos poucos membros do Comitê Executivo. O FIPA é um projeto conjunto dos parlamentares representantes dos poderes legislativos de 31 governos dos 35 Estados soberanos das Américas que, até o presente, têm participado nas Assembléias Plenárias e expressado o seu apoio ao desenvolvimento desta iniciativa. Também contamos com a representação de organizações parlamentares regionais que, como observadores, têm contribuído com suas experiências nos debates dos diferentes temas. Espero que esta participação continue para que possamos estreitar os vínculos entre nossas organizações e coordenar nossos esforços para alcançarmos nossas metas comuns.

A Assembléia Plenária deste ano foi prolongada em um dia para dar mais tempo aos debates e à participação dos delegados.

Algumas vezes temos opiniões e pontos de vista divergentes. Mas isto não impede a nossa amizade, já que, afinal, temos algo que nos relaciona: nosso interesse em trabalhar em prol do desenvolvimento e bem-estar de nossos povos.

Em conclusão, a consecução dos objetivos do FIPA será o produto de um esforço coletivo que envolve a participação de todos.

Isto não é algo extraordinário nem impossível. Se os povos de outras partes do mundo têm feito isto durante anos, por que não poderíamos fazer a mesma coisa nas Américas? Em nossos dias, não devemos nos dedicar a ser os mais fortes ou desejar ser os mais astutos. Nossa prioridade deveria ser a de trabalhar em conjunto para que nossas sociedades adaptem-se de maneira positiva às mudanças do mundo moderno.

Gostaria de agradecer a presença de todos. O reconhecimento de todos ao trabalho desta organização é uma indicação clara de que estamos no caminho certo.

Muito obrigada a todos.

5.2.3 *Discurso do presidente da Câmara dos Deputados do Chile*

Discurso do Exmo. Sr. Deputado Pablo Lorenzini Presidente da Câmara dos Deputados

Original: Espanhol



Permita-me, primeiramente, presidente Lagos, em nome de todos os presentes à cerimônia de abertura da III Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas, agradecê-lo pelo fato de poder estar aqui conosco. Sua presença é um exemplo do apoio que tem prestado às atividades parlamentares internacionais.

É um privilégio e uma honra dar as boas-vindas a todos os distintos colegas dos parlamentos das Américas que estão participando desta III Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas. Esta é uma ocasião excelente para trocar idéias e debater assuntos de interesse comum. Tais debates são particularmente importantes quando realizados pelos representantes legítimos dos povos das Américas e constitui um exercício vital da democracia.

Estamos em uma encruzilhada da história. Esta reunião está sendo realizada no início de um novo milênio e em um momento de mudança de época importante. É o momento apropriado para dar início à discussão de grandes temas de interesse mútuo de nossas nações.

Estamos vivendo em um mundo cada vez mais interdependente e tudo o que acontece nos afeta. Somos forçados a procurar políticas sociais, econômicas e políticas eficazes e eficientes em resposta às exigências da sociedade e, especificamente, às dos mais carentes. As oportunidades e desafios envolvidos são comuns a todos nós, e nossos esforços devem ser dirigidos à criação de uma vida digna a todos os cidadãos, uma vida que já foi adiada por muito tempo em um ambiente de sonhos insatisfeitos e frustrações amargas.

Gostaria de ressaltar a importância da diplomacia parlamentar. Ela é um instrumento poderoso de promoção do intercâmbio de opiniões e idéias, além de ser um instrumento de cooperação entre as nações.

Os governos de todas as latitudes fizeram avanços significativos na integração política e econômica, na harmonização de legislações e na criação de sistemas que permitem o intercâmbio fluido de pessoas, bens e capitais, de modo a proporcionar aos nossos povos um padrão de vida mais alto. No entanto, gostaria de refletir sobre um assunto que aparece na pauta e que não poderia deixar passar sem comentário.

Em um mundo cada vez mais integrado, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova York, o ataque recente de 11 de março em Madri e o ato realizado há poucos dias no Congresso da Bolívia, todos nos colocam diante de um cenário nunca antes enfrentado na história da humanidade. Os principais elementos deste cenário são a extrema crueldade e o extermínio de um grande número de seres humanos. A escolha dos alvos, a magnitude dos danos e a escolha do momento possibilitaram aos responsáveis usar o mundo como palco de seus atos terríveis. Seu único objetivo pode ser resumido em apenas uma palavra: terror.

A magnitude dos eventos em questão impõe aos Estados e suas instituições um desafio gigantesco nas áreas de segurança, defesa e também na área da cooperação multilateral, da qual esta Assembléia é um exemplo claro. A ameaça cada vez mais comum do terrorismo no mundo e seu desejo de acabar com os governos democráticos exige uma resposta firme e categórica: somente a democracia e o respeito incondicional aos direitos das pessoas e o estado de Direito podem garantir melhores dias para aqueles que nos elegeram para legislar, fiscalizar as políticas do governo e representá-los.

Estou convencido de que a fé comum nos valores da liberdade e democracia constitui, por si só, justificativa para a institucionalização dos contatos entre nossos países através do intercâmbio de experiências. O fortalecimento do diálogo e o aprofundamento dos assuntos de interesse comum contribuem significativamente para o nosso objetivo comum de integração e nos levarão a uma cooperação mais eficiente e produtiva.

Inspirado nos princípios e objetivos da Organização dos Estados Americanos, os parlamentares chilenos compartilham com os nossos colegas das Américas a idéia de que o FIPA poderá ser a instância de fortalecimento do legislativo no desenvolvimento democrático e na promoção da defesa dos direitos humanos no hemisfério. Reconhecemos e ratificamos nesta manhã a contribuição que o FIPA pode fazer ao desenvolvimento sustentável através da integração regional.

Vemos com satisfação que estes objetivos importantes, que nos levaram a apoiar a criação do FIPA, têm importância central na pauta desta III Assembléia Plenária.

Estimados colegas, tenho certeza que os debates que serão realizados pelas mulheres parlamentares sobre a governança democrática e a incorporação de mulheres e homens nas estratégias de desenvolvimento regional; pelo grupo de trabalho sobre as negociações da ALCA, com o Ministro de Relações Exteriores aqui presente; e pelos grupos de trabalho sobre terrorismo e sobre a harmonização tributária nas Américas resultarão em resoluções orientadoras que serão adotadas pelos governantes e parlamentares responsáveis por tais áreas.

Senhoras e senhores, declaro oficialmente aberta a III Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas: que os debates e conclusões façam jus às esperanças que nossos povos depositaram em nós.

As portas do Congresso do Chile estão abertas.

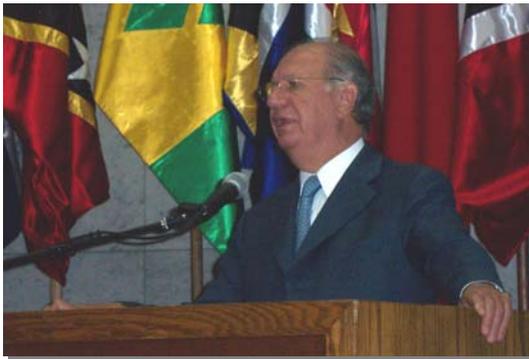
Sejam todos bem-vindos.

Obrigado

5.2.4 Discurso do Presidente da República do Chile

Discurso do Exmo. Sr. Presidente Ricardo Lagos República do Chile

Original: Espanhol



Em primeiro lugar, gostaria de dar a todos calorosas boas-vindas ao Chile. A presença nesta Assembléia de delegados de 23 países de nosso hemisfério, a presença dos presidentes dos senados da Argentina e do Parlamento Andino e a de outros destacam a tremenda oportunidade que nos é oferecida para elaborarmos uma pauta hemisférica de acordo com os nossos verdadeiros interesses.

Nossos parlamentos são um símbolo da diversidade de nossos países. Todos os presentes a esta Assembléia representam o pluralismo característico

das Américas: idiomas diferentes, culturas diferentes, e multiplicidade de raças, religiões e maneiras de abordar a realidade. Os senhores representam a diversidade que nos enriquece.

Nossas diferenças nos permitem assumir identidades próprias, mas também exigem que dialoguemos em nossos próprios países e entre nações. Apesar de nossas diferenças, existe uma identidade comum derivada do pluralismo, e é este pluralismo que preserva nossas identidades específicas.

O pluralismo é a pedra fundamental da civilização. Como, de outra maneira, poderíamos lidar com nossas diferenças, nossas culturas, nossas religiões diferentes, as quais desejamos preservar por significarem as raízes de quem somos, e que pretendemos proteger ao mesmo tempo em que respeitamos a diversidade dos outros?

É uma identidade que não aceita vetos, uma identidade que reconhece que nossas realidades distintas possuem limites comuns. Algumas vezes nos esquecemos disto, mas os que estão aqui presentes sabem como dialogar. Os senhores sabem como conversar, apontar diferenças e procurar acordos. Esta é uma parte essencial do exercício diário da democracia. Os parlamentares das Américas, servidores públicos qualificados, realmente sabem como dialogar entre si e com outros. E existem três temas importantes que nos reúnem no momento.

Como sabem, estarão tratando das questões da democracia e do terrorismo em nossa região do mundo. Estas duas atividades pertencem a pólos opostos. Se a democracia baseia-se na habilidade de reconhecer diferenças e de dialogar com outros, o terrorismo é a negação de qualquer possibilidade de se pensar de modo diferente. Ao invés do diálogo, o terrorismo tenta vencer seus oponentes usando o medo e o veto aos outros.

Em última instância, o terrorismo baseia-se em uma visão que é totalmente contrária a tudo o que conseguimos realizar durante a história da humanidade. Esta visão assumiu muitas formas: o estado de terrorismo que muitos de nossos países atravessaram durante a década

de 1970 e 1980, e os ataques ocorridos no World Trade Center ou em Madri. Frente a estes eventos, nossos corações clamam: "Hoje somos todos nova-iorquinos; hoje somos todos madrilenhos". Esta é a nossa maneira de expressar solidariedade ao nos confrontarmos com a brutalidade.

Nossa resposta deveria ser sempre: como podemos fortalecer nossas democracias? O terrorismo não se combate com menos democracia, mas com mais democracia. Não com menos liberdade, mas com mais liberdade. Não com menos participação pública, mas com mais participação pública. Não com menos, mas com mais defesa aos direitos humanos. São estes valores éticos que, indubitavelmente, nos permitirão enfrentar a ameaça terrorista.

Nossa capacidade de resistir aos embates terroristas está baseada na liberdade, no respeito e na integração social. Para combater o flagelo do terrorismo, esta integração deve ocorrer em diversos níveis.

A segunda questão que será tratada nesta Assembléia — a convergência de políticas fiscais — tratará da grande variedade de sistemas tributários que nossos governos usam para arrecadar os fundos necessários para financiar as políticas escolhidas democraticamente por seus povos. Este é um tema antigo.

Quais são os bens públicos que a sociedade deseja garantir para os seus filhos? Como devem ser fornecidos tais bens: pelo governo — através de impostos, ou pelo setor privado? Não há uma resposta única para tudo isso. Mas acreditamos que os parlamentos devem ter critérios comuns para tratar de alguns temas centrais.

Parece-nos, atualmente, que em todo o mundo estamos envolvidos em uma concorrência global para ver quem pode conceder os maiores incentivos fiscais e assim atrair os investidores mais desejados. Na verdade, às vezes, parece que tudo se resume a isto.

Como se pode tributar o setor privado envolvido com recursos naturais que pertencem a toda a sociedade? Os debates que estão sendo travados no Chile atualmente, tratando do problema de *royalties* sobre a extração de recursos naturais, estão relacionados a uma questão muito mais profunda. Se não pudermos chegar a um acordo imediatamente, podemos ao menos trocar idéias? Não acredito que desejemos iniciar uma discussão ou formular uma posição baseados apenas em quem poderá diminuir a arrecadação de impostos mais rapidamente, simplesmente para obter uma vantagem momentânea.

Não pretendo julgar nenhuma política interna de nenhum país, mas refiro-me àqueles países cujas políticas fiscais permitem a arrecadação de impostos em nível regional ou local. Que tipo de exemplos devemos levar em consideração ao tentar avaliar os esquemas que aparentam ter as melhores possibilidades? Trata-se de um assunto complexo, mas não estamos tentando reinventar a roda — este assunto já foi tratado por outras pessoas anteriormente. Acredito que o importante seja determinar como os países do hemisfério podem avançar nesta questão, já que o progresso nesta área é indispensável se estivermos trabalhando em prol da integração e manutenção de uma convergência mínima entre nossas políticas macroeconômicas. Se não pudermos fazer isto, os acordos internacionais, as reduções tarifárias e outros mecanismos de integração serão de pouca valia.

Qual é a importância das reduções tarifárias frente a uma desvalorização monetária de 50, 80 ou 100%? O que acontece com a integração quando isto ocorre? Que tipo de deslocamento isto provoca?

Podemos desejar avançar rapidamente da retórica à realidade, mas se não pudermos nos colocar de acordo em uma convergência mínima, um conjunto de entendimentos básicos, um pequeno Maastricht da América Latina, então acredito que não passaremos da retórica. Nesta situação, diante da menor dificuldade, tentaremos resolver nossos problemas internos que sempre nos parecerão mais recompensadores politicamente a curto prazo. Mas se este for o caso, esqueçamos de toda esta conversa sobre integração.

Esta não é a maneira de se construir o futuro, estou absolutamente convencido disto. E acredito que a questão da convergência das políticas fiscais seja um tema central, e que merece ser debatido. Como é possível termos políticas fiscais diferentes e uma mesma política monetária? Estou pensando na Europa. Comentei com os líderes europeus: "Vocês têm políticas monetárias diferentes e, ainda assim, têm um único Banco Central Europeu". Ao que responderam-me: "Sim, se não tivermos uma convergência macroeconômica, como poderíamos alcançar nosso objetivo?"

Estamos muito distantes disto nas Américas. E parece-me que, se não abordarmos estes assuntos com seriedade e profundidade, ficaremos na retórica.

Isto é o que considero importante.

E, relacionado à questão fiscal, o importante não é o tamanho do governo, mas se o governo administra seus recursos eficientemente e se ele tem capacidade de executar políticas que reflitam o mandato concedido por seus cidadãos. Claramente, qualquer sociedade que esteja em crescimento e tornando-se mais rica acaba entendendo que há um conjunto de bens e serviços básicos que precisam estar ao alcance de todos. Todas as sociedades já se deram conta disso.

Quantos destes bens e serviços deverão estar ao alcance de cada um dos membros da comunidade? Trata-se de um conceito flexível, que depende do nível de crescimento do país. Ao dizer que a "educação é obrigatória por quatro anos", ou que a "educação é obrigatória por seis anos", entende-se que o país pode sustentar apenas quatro ou seis anos de educação pública, e não mais que isso. Quando o Chile resolveu que agora a "educação obrigatória é de 12 anos", isto foi porque estimamos que nossa economia pode garantir uma educação pública obrigatória por este período.

E quais são os bens públicos na área da saúde? Quais deveriam ser os bens públicos na área da habitação? E assim por diante.

Talvez possamos determinar os bens públicos em nossos próprios países, mas em que fórum deveríamos debater os bens públicos que estão começando a surgir em escala planetária? Onde devo ir, como presidente do Chile, para debater a questão de Punta Arenas, onde a camada de ozônio está desaparecendo devido aos gases emitidos no Hemisfério Norte, e onde os efeitos deste fato implicam em dificuldades crescentes nesta zona austral situada a 2000 km ao sul de Valparaíso?

Vivemos em um mundo globalizado. Pergunto aos senhores que, sendo parlamentares, deveriam saber a resposta: como podemos criar um fórum mundial para debater problemas que têm origem em um lugar, mas cujos efeitos manifestam-se em outros lugares, onde o conceito de soberania tem pouca valia?

Assim, quando falarmos sobre bens públicos em nossos próprios países, devemos tornar estes bens compatíveis no nível regional correspondente; em nosso caso, isto significa as Américas. Desta maneira, poderemos compartilhar experiências de desenvolvimento, políticas sociais e

gestão macroeconômica. A harmonização de nossas políticas neste fórum seria um mecanismo poderoso para um desenvolvimento mais humano e inclusivo, e criaria oportunidades para todos.

Empenhados como estamos nas iniciativas de integração regional das Américas, passo a tratar do último ponto da pauta da Assembléia, a questão do livre comércio e como a compreendemos.

Todos acreditamos que devemos trabalhar pela integração de nossos vários países em uma sociedade global. Devemos compreender que o fazemos partindo de perspectivas de realidades e interesses distintos, e que estes interesses distintos representam o ponto inicial de nossa exploração de mecanismos de convergência. É diferente o caso de um país muito aberto por ser pequeno. No Chile, as exportações e importações representam mais de 65% da atividade econômica. Em países maiores, as importações e exportações não representam mais do que 20% da atividade econômica. Portanto, a interação de um pequeno país com o resto do mundo através de acordos de livre comércio terá um impacto diferente daquele de países com populações e mercados maiores. Não estou dizendo que tais diferenças impedem nossa participação em acordos de livre comércio. Este é um ponto importante para se compreender.



Para avançarmos nesta área, precisamos melhorar nossa competitividade, melhorar nossa coesão social e alcançar uma harmonia maior em políticas macroeconômicas.

No entanto, parece-me importante compreender que discutir iniciativas voltadas à área de livre comércio das Américas não esgota o debate comercial. Digamos assim, os acordos sobre livre comércio não levam em conta as necessidades globais de um mundo com comércio em crescimento. Por que? Porque nos acordos de livre comércio temos entendimentos diferentes e áreas que evitamos. Não há nenhum acordo de livre comércio que tenha modificado a legislação *antidumping* de alguns países. Os senhores poderiam dizer: "É porque a legislação *antidumping* será tratada em nível global na Organização Mundial do Comércio, onde poderíamos encontrar alguns sócios para abordar o tema."

O que isto significa? Isto significa que, por mais importantes que os acordos de livre comércio sejam, eles não levam em consideração a necessidade de acordos regionais — por exemplo, um acordo que cubra as Américas. Também não levam em consideração a necessidade de se chegar a acordos em nível multilateral na Organização Mundial de Comércio. Algumas vezes nos parece que os acordos bilaterais são a solução. Eles não são. Eles são um passo na direção certa, mas não são a solução.

Quando nos confrontamos com todas estas questões, o que emerge mais vigorosamente, do ponto de vista institucional, é uma política externa descentralizada, uma política externa de orientação crescentemente global, e que possa ser formulada por diversos participantes. Uma política externa que, digamos, na área de políticas de urbanização promovesse a união de cidades, municípios e vilas. E também, como colocou o meu amigo Pablo Lorenzini, presidente da Câmara dos Deputados do Chile, uma diplomacia cujo caráter venha se tornando cada vez mais parlamentarista. Juntamente com as questões mais comuns de ratificação de tratados por

parte dos legislativos nacionais e dos cidadãos pedindo voz nas questões de política internacional, existe a questão da influência parlamentar na política externa.

É importante que o contato e a presença parlamentar ajudem na criação de relações internacionais mais fluidas. Quando falamos de diplomacia parlamentar, estamos falando da atuação de parlamentares em questões de política externa, além dos relacionamentos que possam ter com seus pares estrangeiros. Considero benéfica esta colaboração, que se expressa de maneira tão nítida nesta Assembléia e nas questões que por ela serão debatidas.

Talvez mais importantemente, os parlamentos são, por definição, o local de encontro no interior de nossas sociedades. Como podemos tornar as reuniões parlamentares regionais, como esta, um local de encontro para tratar efetivamente de nossas diferenças em política exterior?

Minha esperança em relação a esta reunião é que ela possa tratar da harmonização fiscal; que ela apresente perspectivas diferentes de abordagem da ALCA; e que ela esclareça como enfrentar o problema do terrorismo, que tornou-se um desafio diferente e difícil da política externa. Normalmente compreendemos a política externa como o tratamento das relações entre Estados. Porém o terrorismo não é uma relação entre Estados. O terrorismo é uma atividade entre grupos de mentalidade integrista, que não aceitam as normas civilizadas que os governos instituem. Isto é um desafio diferente; um desafio que exige uma resposta única e conjunta. Para aperfeiçoar nossas democracias, precisamos promover as iniciativas que objetivam a integração das Américas; somente desta maneira poderemos falar com mais pertinência em um mundo cada vez mais globalizado.

Neste sentido, a diplomacia parlamentar desempenha um papel central e estou muito otimista em relação a suas deliberações nesta III Assembléia Plenária, produto de muitos anos de trabalho. Nos fóruns interparlamentares anteriores, nossos amigos do norte, como o Canadá, tiveram um papel importante. Nossas relações e entendimentos com o Canadá são parte importante de nossa participação em fóruns internacionais.

Termino desejando a todos muito êxito nos debates dos diversos temas de sua pauta, e tenho certeza de que os resultados nos deixarão mais próximos a uma integração das Américas. Em última instância, o resultado será determinado pela visão comum que temos do valor da democracia, do respeito pelos direitos humanos e da criação de espaços de maiores liberdades, e um sentimento crescente de igualdade em nossos países. É esta visão, sobretudo, que compartilhamos e que nos dão energia para continuar trabalhando.

Muito obrigado.

5.3 Anexo 3 – Apresentação sobre a ALCA, Ministra das Rel. Exteriores do Chile

Apresentação feita pela Exma. Sra. Soledad Alvear Ministra das Relações Exteriores do Chile

Original: Espanhol

Primeiramente, gostaria de reiterar as palavras de boas-vindas do presidente da República do Chile e dizer-lhes que temos muita satisfação em poder recebê-los no Chile, e especialmente em Valparaíso. Valparaíso, como devem saber, foi declarada Patrimônio da Humanidade. Espero que, além dos debates produtivos que ocorrerão durante esta assembléia, os senhores possam conhecer esta linda cidade e seus arredores, e possam ter a oportunidade de aproveitar a hospitalidade local.



Desejo também agradecer o convite que recebi para falar sobre as negociações da ALCA e a visão do Chile sobre o processo de negociação. Este hemisfério sempre foi o foco primário de nossa política exterior e, desde o início, nossa abordagem nas negociações tem se baseado numa perspectiva de integração e cooperação regional. Consideramos a ALCA o projeto mais abrangente e ambicioso em termos de integração hemisférica de todos os tempos; os países deste hemisfério serão muito favorecidos através dela.

O Chile tem apoiado a ALCA desde o início, desde que a idéia de um acordo de livre comércio para as Américas foi lançada durante a Cúpula de Miami. A exemplo do que ocorreu com tentativas anteriores de integração, a grande diversidade existente entre nossos países dá margem a dificuldades durante o percurso. Na realidade, neste momento estamos atravessando uma etapa decisiva nas negociações, uma etapa que requer toda a nossa energia, boa vontade e flexibilidade para que tenhamos êxito.

Os principais participantes das negociações da ALCA são os governos dos 34 países envolvidos. Entretanto, como as negociações visam a elevar o padrão de vida de nossas populações, aumentar a igualdade de oportunidades, aprimorar a distribuição de recursos e consolidar a democracia, faz-se absolutamente necessária a participação ativa de todos os outros poderes do governo e da sociedade civil em geral. É por este motivo que esta assembléia é tão importante.

Os parlamentos do nosso hemisfério, aqui representados por seus delegados, desempenham um papel importante na orientação da ALCA em prol da promoção dos valores democráticos e da cooperação. Isto tem contribuído a um maior entendimento entre os países envolvidos.

Os parlamentos constituem uma das mais claras expressões de soberania popular, e, como tal, têm canalizado as inquietudes de vários setores sociais, para que o processo de integração possa corresponder às aspirações de progresso econômico e desenvolvimento social das populações.

Os parlamentos também desempenharão um papel fundamental ao término das negociações, pois deverão examinar e aprovar o acordo final para que possa entrar em vigor.

Desde a criação do Fórum Interparlamentar das Américas em 2001, a contribuição dos parlamentos para o processo da ALCA adquiriu uma forma mais estruturada, com diversas recomendações emanadas das assembléias plenárias. Estas recomendações têm sido levadas em consideração no processo geral.

O governo do Chile considera a participação ampla do público um elemento essencial do processo de negociações, e um elemento essencial para o seu êxito.

O governo do Chile formulou uma política governamental coerente no tocante à ALCA, a exemplo do que fizemos em relação aos outros acordos de comércio livre que assinamos recentemente. Pouco antes de comparecer a esta reunião, o presidente do Chile, o embaixador da Coreia do Sul no Chile e eu tivemos a satisfação de anunciar que, a partir de agora, entra em vigor um acordo de livre comércio entre os nossos dois países. A cerimônia foi realizada simultaneamente na Coreia do Sul para ressaltar o relacionamento estreito entre a Ásia e a América Latina. Este acordo de livre comércio é o primeiro do gênero a ser travado entre um país da América Latina e um país da Ásia. A nosso ver, a ALCA, assim como o acordo de livre comércio travado com a Coreia e outros acordos comerciais, será o produto da iniciativa dos governos envolvidos. Mas, para que estas iniciativas ocorram, a participação da sociedade civil e dos parlamentos não pode se limitar às atividades que ocorrem no final do processo. O apoio de cada um dos senhores em seus respectivos países, assim como os debates travados entre os parlamentos, contribuem definitivamente ao processo árduo de criação da ALCA.

Como mencionei há pouco, encontramos-nos em um estágio crucial das negociações da ALCA. No momento estamos engajados em diálogos bilaterais com alguns países do hemisfério, que indubitavelmente transformarão as atividades comerciais na região.

Ambos os processos — tanto as negociações hemisféricas da ALCA quanto os acordos bilaterais com muitos países da região — não são destituídos de dificuldades. Aqui, nas Américas, percebem-se freqüentemente a falta de confiança e a resistência em relação ao livre comércio por grandes setores da sociedade, especialmente os mais vulneráveis, que consideram-na uma ameaça ao seu bem-estar.

Esta impressão é baseada no que se julga ter ocorrido em muitos outros países da região onde houve um processo de liberalização. A abertura da economia, juntamente com a ocorrência simultânea da privatização e desregulamentação, infelizmente, não resultou em taxas de crescimento elevadas e estáveis. Isto dificultou a redução do desemprego e a melhoria da distribuição da riqueza.

Acreditamos que a abertura da economia possa ter efeitos positivos no bem-estar social, e acreditamos também que a experiência de vários países da região, que deu origem a essa percepção negativa em muitos setores da população, tenha sido causada por outros fatores que não o comércio, e que estes fatores tenham prejudicado o desenvolvimento correto do processo de liberalização. Alguns dos fatores que vêm à mente são a participação da sociedade civil no processo de negociação, as dificuldades associadas com a gestão macroeconômica e uma falta de políticas que propiciem uma maior coesão social e que permitam aos cidadãos sentirem que a abertura econômica significa uma melhora no bem-estar social de todos.

Além destas dificuldades, há casos em que as instituições públicas estão pouco adaptadas às exigências da liberalização do comércio, e outros casos em que o problema está relacionado com a pouca transparência.

Em relação a todas estas questões, e em especial em relação ao fortalecimento institucional e uma maior transparência na atuação dos governos, os parlamentos têm um papel central: alcançar um padrão mais alto de vida a todas as pessoas da região. Em uma atmosfera de oposição ampla ao livre comércio e um relacionamento precário entre a sociedade civil e o governo, creio que a tarefa dos parlamentares é continuar a participar de debates esclarecedores e agir como ponte para a sociedade civil, para que esta possa participar das etapas de formação da integração.

Tenho convicção de que, ao fazê-lo, enfrentaremos um desafio educacional. E quem estaria mais à altura deste desafio pedagógico do que os parlamentares, as próprias pessoas que participam de debates sobre tais assuntos em reuniões como a que estamos tendo aqui? Recentemente — na semana passada — tivemos em Santiago um seminário coordenado pelo Banco Central do Chile e pelo Banco Mundial que se propunha a analisar empiricamente os efeitos do livre comércio nas Américas. Propus aos participantes que os resultados e conclusões dos diversos estudos que nos foram expostos fossem lidos por ocasião das negociações da ALCA, a fim de corrigir as percepções errôneas que estimulam muitos dos que se opõem a este processo.

Gostaria que os parlamentos regionais também discutissem aqueles estudos. Creio que seria muito útil, pois forneceria informações úteis para o projeto educacional que mencionamos e contribuiria para um melhor entendimento pelos parlamentares dos tipos de resoluções que deveriam promover.

Além destas considerações iniciais, gostaria de referir-me mais detalhadamente à posição específica do Chile em relação à ALCA e onde nos encontramos no momento em relação às negociações.

Como sabem, o Chile tem acordos de livre comércio com quase todos os países da região. Somos também signatários de um acordo de livre comércio com a União Européia. E, dentro de poucos dias, a UE será ampliada em mais dez países, passando a constituir um bloco comercial de vinte e cinco países. O Congresso do Chile ainda tem que aprovar um acordo de livre comércio com os países da EFTA, e, como mencionei há pouco, temos um acordo de livre comércio com a Coreia do Sul.

Já temos acordos de livre comércio firmados com o Canadá, o México e a América Central (os acordos com El Salvador e Costa Rica já estão em vigor). Numa escala mais ampla, o acordo de livre comércio com os Estados Unidos entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano. Temos acordos econômicos complementares com outros países da América Latina, alguns dos quais em processo de revisão no momento. Estive no Equador há poucos dias, e lá concordamos em dar prosseguimento a um acordo de livre comércio, começando com o setor de serviços.

Ou seja, temos empreendido um trabalho muito importante, cuja influência será percebida por outros países da região.

Há poucos instantes, enquanto conversava com alguns dos senhores antes desta intervenção, achei interessante ouvir que vários países estão iniciando este ano um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. De fato, alguns países da América Central já assinaram um acordo do gênero. Esta semana estive na Alemanha, para informar-me sobre o andamento das negociações entre o Mercosul e a União Européia, e sobre o andamento dos países da América Central e dos Andes em relação a acordos políticos e de cooperação com a UE.

Menciono estes fatos para ilustrar algumas das negociações que ocorrem paralelamente às negociações da ALCA.

Devido à variedade de acordos comerciais que o Chile tem travado com outros países, freqüentemente nos perguntam: "Por que estão tão interessados em um acordo de livre comércio com as Américas?" Gostaria de falar brevemente sobre a importância deste acordo para o Chile.

A ALCA é um item prioritário para o nosso governo, pois achamos que um grupo de acordos bilaterais não substitui um acordo hemisférico mais amplo, sobretudo por questões de solidariedade hemisférica, entre outros fatores.

Mencionei o fato de que vários países no momento se encontram em negociações bilaterais. Entretanto, há outros países que não estão travando tais negociações. Isto significa que, se continuarmos apenas com negociações bilaterais, alguns países acabarão excluídos deste processo.

Ademais, os países da ALCA constituem 45% do nosso comércio exterior, cerca de 70% dos investimentos estrangeiros diretos no Chile e praticamente a totalidade dos investimentos chilenos no exterior.

Os acordos firmados pelo Chile na região das Américas não são todos iguais, e uma das nossas metas é uniformizar as normas e disciplinas comerciais. Em segundo lugar, desejamos aprofundar e expandir os acordos de livre comércio que temos com os Estados Unidos, Canadá e México usando padrões equivalentes.

Quanto à exportação de serviços, investimentos chilenos no exterior e acesso a mercados de compras públicas, nossas vantagens competitivas estão solidamente ancoradas neste hemisfério. Um importante elemento que falta à nossa estratégia de internacionalização é obter acesso de mercado e regimes disciplinares rigorosos dentro do contexto do Mercosul e da região andina. Isto ainda não foi possível, a despeito dos acordos bilaterais e das operações do Mercosul como um bloco comercial. Mas é precisamente este elemento faltante que a ALCA, a nosso ver, pode representar.

Seria bom se toda a região das Américas estivesse sujeita a altos padrões nas várias áreas sob negociação. Este padrão criariam um clima estável e previsível para exportações e atrairiam investimentos. Economias como a nossa seriam especialmente beneficiadas, e também as de pequenos e médios países que, por não terem regras transparentes, não conseguiriam, de outro modo, atrair o investimento necessário para crescer.

Devo ser franca e dizer-lhes que, há alguns meses, as negociações da ALCA encontram-se paradas. No último mês de novembro, em Miami, conseguimos produzir uma declaração, assinada pelos ministros de comércio e relações exteriores de 34 países participantes da Cúpula, cujos termos haviam sido propostos pelos dois países que estão co-presidindo as negociações da ALCA: Estados Unidos e Brasil.

Esta declaração ministerial falava de uma "visão flexível para a ALCA", que significava a criação de um conjunto de direitos e obrigações que se aplicariam a todas as áreas de negociação, juntamente com compromissos adicionais de países que se proponham a assumi-los. O Chile apoiou esta formulação pelo fato de considerá-la mais realista, em vista dos níveis diversos de desenvolvimento entre os países das Américas, e em vista da atual situação político-econômica na região. A formulação também refletiu o acordo existente entre os co-

presidentes da ALCA — Estados Unidos e Brasil — que, desta forma, puderam preservar seus principais objetivos.

As instruções gerais para os grupos negociadores na reunião ministerial da ALCA foram, primeiramente, criar um conjunto equilibrado e comum de direitos e obrigações para todos os países, abrangendo todas as áreas de negociação: acesso a mercados, agricultura, serviços, investimentos, compras do setor público, propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, antidumping e compensação, e resolução de controvérsias. Em segundo lugar, a criação de um conjunto de procedimentos em nível multilateral para os países que desejam criar outras disciplinas comerciais e liberalizações adicionais a partir do patamar comum já instituído.

Pergunta-se então, que dificuldades se seguiram a este acordo de nível ministerial? Bem, o cerne do problema foi o fato de os compromissos comuns e as possíveis disciplinas adicionais aludidas nunca terem sido definidas explicitamente. Logo após a reunião em Miami, em fevereiro do ano passado, os vice-ministros reuniram-se em Puebla. Infelizmente, não puderam chegar a um consenso sobre o conjunto de obrigações comuns — a base comum para todos os países — em relação aos nove temas da negociação. Tampouco puderam acordar sobre os procedimentos relativos a negociações multilaterais adicionais. Ambas as matérias foram adiadas para uma reunião extraordinária a ser realizada em abril, dentro de poucos dias, em Puebla.

A busca de uma base comum de direitos e obrigações tem sido um exercício de realismo político — como tornar mais concretos os compromissos estabelecidos em nível ministerial em Miami. Em princípio, significa reduzir substancialmente as ambições originais de cada país em relação a suas áreas de interesse especial, e tentar buscar um denominador comum mínimo.

É preciso ressaltar aqui que este objetivo mais básico e prático tem possibilitado aos países que participam como observadores durante a fase multilateral das negociações saber o que está ocorrendo no processo de modo mais gradual. Os países envolvidos nas negociações decidirão que áreas cobrir dependendo das possibilidades existentes para negociação. Os países observadores, e que não participam ativamente nas negociações, podem avaliar as lições aprendidas após a conclusão das negociações. Portanto, o objetivo da ALCA é que, em um determinado momento no futuro, tenhamos uma base comum para o comércio. Atualmente, temos uma base mínima composta de acordos multilaterais e, em alguns casos, graças a estes acordos, negociações multilaterais, que esperamos terminem com uma ALCA conforme definida em sua criação.

O Chile continua a manter um firme compromisso com a ALCA, mas também manifesta oficialmente a necessidade de todos serem flexíveis e de estarmos prontos para reconsiderar metas ambiciosas em relação a alguns temas, de modo que todos os países possam ser incluídos no processo. Um exemplo: o Chile possui um sistema de compras governamentais totalmente aberto; isto é, qualquer empresa chilena ou estrangeira pode enviar sua proposta a uma concorrência pela Internet no caso de compras públicas.

Este é um assunto muito delicado. Não tivemos problemas ao negociar este item com os Estados Unidos porque isto representaria um ganho significativo para nós. Antes do Acordo de Livre Comércio, as empresas chilenas não podiam participar de concorrências públicas nos Estados Unidos, mas agora elas podem. No entanto, esta é uma área extremamente complexa

e problemática para os países que não estão preparados para abrir seus mercados de compras governamentais. Temos que analisar quando tais países, de fato, estarão preparados.

Em todos existe a disponibilidade — e como não seria assim — de fazer as compras governamentais pelo menor preço. No entanto, devido a políticas internas ou outras razões, cada país tratará desta questão em seu próprio tempo. De pelo menos uma perspectiva, acredito que conseguimos a flexibilidade que o Chile tanto vinha insistindo como sua contribuição ao processo de negociação, e parece-me que este é um princípio realista que permitirá que as pautas internas de cada país ajustem-se ao processo de negociação.

Propusemos objetivos modestos, porém realistas, em todas as áreas de negociação; todos com o objetivo de acomodarmos as sensibilidades dos vários países envolvidos. Especificamente, sentimos que era necessário reduzir drasticamente as metas ambiciosas em certas áreas para acomodar os países do Mercosul, particularmente no tocante a investimentos, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual. As questões envolvidas aqui são bem mais complexas para os membros plenos do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), menos complexas para os membros associados (Bolívia, Chile e, recentemente, Peru).

Ainda que as propostas apresentadas por países individualmente e por blocos comerciais tenham muitas características comuns, elas diferem em aspectos importantes; por exemplo, se os benefícios da participação deveriam ser proporcionais às obrigações assumidas, com um sistema de incentivos correspondentes entre as partes negociadoras. Isto significa que, se um país assumir um nível de compromisso mais alto, os benefícios deveriam ser proporcionais. Isto serviria de incentivo a outras partes para avançarem mais rapidamente nas negociações multilaterais para alcançar os objetivos desejados. Esta é uma característica comum de negociações comerciais internacionais.

O Chile fez todos os esforços possíveis para propiciar uma convergência entre as diferentes posições para alcançar um documento comum o mais rapidamente possível. A criação de posições passíveis de consenso tem sido nossa mais alta prioridade. Acreditamos que a integração regional só tem sentido se os vários países envolvidos se sentirem bem com os compromissos assumidos e considerarem que os resultados do acordo lhe são favoráveis.

À medida que a ALCA avança no novo esquema, o interesse principal dos países participantes passou a ser a institucionalização de um processo que permita a ocorrência de esforços futuros de integração regional, e também do que possa ser alcançado na área de compromissos adicionais do segundo nível. Juntos com outros países das Américas, aguardamos o início das negociações multilaterais assim que possível, e, para tanto, propusemos um grupo de componentes iniciais que seriam incluídos em tais negociações: serviços, investimentos, compras governamentais, acesso a mercados adicionais de bens, políticas de concorrência, propriedade intelectual, subsídios, *antidumping* (isto foi mencionado pelo presidente) e direitos compensatórios.

A participação nestas negociações seria voluntária e seria assinada apenas por aqueles que desejassem negociar direitos e obrigações adicionais no nível comum.

Para o Chile, a "verdadeira" negociação, isto é, aquelas correspondentes aos objetivos originais da ALCA, seriam realizadas multilateralmente e envolveriam aqueles países que desejassem ou estivessem em posição de fazê-lo. O primeiro passo, os compromissos comuns, seria um acordo geral que permitiria a existência do processo de negociação multilateral em outros temas.

Apesar do fato de esta ser uma etapa de negociações complexas e de não avançar enquanto não houver acordo total, eu diria que as diferenças parecem estar diminuindo. No nível básico de negociações, há apenas alguns pontos faltando, ainda que sejam pontos importantes. Alguns deles envolvem a agricultura, um tópico muito discutido no Congresso do Chile; outros envolvem serviços.

O processo pode ser considerado bom se tivermos êxito em preservar o espírito da área de livre comércio hemisférica com uma série de regras comuns que governem os principais tipos de comércio, e a possibilidade de aumentar estes acordos de acordo com os desejos de cada país.

Portanto, qual é a situação atual?

Após dez anos de negociações, estamos nos aproximando do prazo fixado para o término das mesmas, que é em 2005. Este prazo coincide com as rodadas multilaterais da OMC, em que a rodada de desenvolvimento de Doha também vencerá. Minha intenção é ser realista ao afirmar que esta é uma situação muito difícil.

Ainda que não estejamos alcançando o que nos propusemos a alcançar no início das negociações, acho que os objetivos que estamos propondo, ainda que modestos, são realistas e permitirão acomodar as sensibilidades.

Já indiquei quais são os interesses específicos do Chile na ALCA, mas gostaria de enfatizar a importância de haver um sólido sistema de resolução de disputas. Acho que isto é algo que está realmente faltando, e esta ausência vem desde a nossa participação no Mercosul, que nunca foi capaz de dar forma permanente a um mecanismo de resolução de disputas. É um absurdo que, toda vez que enfrentamos um problema comercial entre os países-membros, tenhamos que nos dirigir à OMC! Será que somos incapazes de criar um conjunto de normas para resolver controvérsias? Conseguir avançar nesta questão é de suma importância.

No dia 2 de março passado, em Buenos Aires, houve uma reunião dos ministros e vice-ministros do Mercosul ampliado e da Comunidade Andina. O objetivo daquela reunião era avaliar o atual estado das negociações da ALCA.

Nos dias 9 e 10 de março, houve mais uma reunião informal de vice-ministros em Buenos Aires. Compareceram àquela reunião os co-presidentes da ALCA, que são, como devem lembrar-se, os Estados Unidos e o Brasil, juntamente com o Mercosul, o Equador (representando a Comunidade Andina), o Chile, os Estados Unidos, o Canadá, o México, a Costa Rica e os países do CARICOM (Comunidade e Mercado Comum do Caribe). O objetivo daquela reunião era avançar na busca de consenso na determinação de elementos comuns em um nível básico e definir os procedimentos das negociações multilaterais — questões que ficaram pendentes desde a reunião de Puebla.

Ontem, aquele mesmo grupo informal iniciou uma nova reunião em Buenos Aires com a esperança de avançar o suficiente nas diversas posições para chegar a Puebla, em abril, com resultados.

Tenho confiança que poderemos chegar a um acordo sobre o nível básico da ALCA antes da reunião de Puebla. A ALCA foi concebida como um processo integral que envolveria todas as áreas e todos os países, com ritmos diferenciados. Já o disse muitas vezes. Reconhecemos que os interesses econômicos e comerciais de cada um dos países pode ser diferente,

especialmente em relação ao tamanho de seu mercado, seu nível de desenvolvimento e o quanto conseguiram avançar em seus processos de abertura da economia. Como indiquei no começo, a ALCA não se reduz ao âmbito comercial, mas é um grande projeto de integração na história do nosso hemisfério.

Estamos convencidos de que a integração econômica será — terá que ser — acompanhada de uma maior integração em todas as áreas. Temos consciência de que já demos passos importantes no âmbito da Organização dos Estados Americanos. Como poderíamos esquecer, por exemplo, que a Carta Democrática Interamericana foi assinada no dia 11 de setembro de 2001 em Lima, no Peru, exatamente na mesma manhã em que ocorreram os eventos terríveis em Nova York? Nós, os ministros das relações exteriores, estávamos todos reunidos em Lima quando o evento ocorreu e, no entanto, o Secretário de Estado Powell permaneceu na reunião para assegurar que a carta fosse assinada. Combate-se o terrorismo com mais democracia, como demonstrado por esta Assembléia e em todos os outros fóruns e, mais recentemente, pelos espanhóis. Acredito que, dentro da OEA, o progresso continuará nesta direção e, se este progresso político puder ser acompanhado de realizações similares na esfera econômica, isto representaria um passo gigantesco.

Daqui a alguns dias, o Ministro de Planejamento do Chile será o anfitrião de uma reunião com seus pares dos países-membros da OEA para discutir políticas sociais. Um intercâmbio de experiências nesta área é de grande importância, da mesma maneira que é a criação de uma visão de integração voltada para o futuro.

Para que haja um verdadeiro progresso na integração, é crucial a participação e coordenação adequada dos atores sociais, políticos e econômicos. A participação ativa dos parlamentares, dos senhores, é a articulação que torna possível a interação construtiva nos governos e na sociedade civil.

As observações feitas pela senadora Payette do Canadá, presidenta deste Fórum Interparlamentar das Américas, são especialmente relevantes aqui. Ela indicou que existe a possibilidade de o Comitê sobre a Sociedade Civil da ALCA, presidido pelo Chile, vir a ser a ligação oficial entre o FIPA e as negociações da ALCA. Acredito que a abertura simultânea de um diálogo entre os parlamentares de nossos países e a sociedade civil seja muito importante. O progresso nessa direção constituiria uma grande contribuição de nossos parlamentos.

Gostaria de assinalar aos nossos próprios parlamentares que os presidentes dos Comitês de Relações Exteriores do Senado e da Câmara de Deputados, ambos presentes, estão muito interessados em debater todos os aspectos da política externa e também este assunto. Acho que, se mantivermos esta visão em mente e, como mencionei anteriormente, expandirmos o projeto educacional nesta área, conseguiremos ir além de meras palavras. Os senhores, sem dúvida, conhecem o estudo no qual perguntaram a nossos cidadãos o que era a ALCA: para alguns, era uma marca de bicicleta; para outros, o nome de um xampu. E, ainda assim, as pessoas saem às ruas para protestar contra a ALCA. Acredito que seja responsabilidade de todo funcionário público, e *principalmente* dos parlamentares, educar o público sobre a situação atual e constatar se o público tem uma compreensão realista da posição atual de nossos países. Será um tremendo avanço quando, em algum momento futuro, avançarmos todos juntos como um único Continente.

Acabei de voltar da Alemanha. É incrível como os países-membros da União Européia, e Europa em geral, discutem os problemas de segurança! E o terrorismo também, e este é um dos temas aqui. É incrível o fato de eles considerarem esta região, especialmente a América

Latina, um local onde felizmente — felizmente! — não estão presentes as situações que vivem outros continentes!

Temos problemas diferentes: muitas vezes, problemas de governança, de coesão social e de diálogo social. Mas, de fato, não temos outros tipos de problemas.

É da maior importância que criemos um diálogo com nossos cidadãos para informá-los sobre os processos que se encontram em andamento. Ademais, é essencial que todas as nações progridam em direção a uma integração mais completa conforme entramos no século XXI.

Nisto acredito que estejamos no caminho certo. Embora os resultados possam ser insuficientes para muitos, devemos compreender que este é o primeiro passo de um processo gradual que se ampliará e se aprofundará, e que levará à melhoria do bem-estar dos povos de nosso hemisfério.

Para alcançar um resultado aceitável e sua conseqüente implementação, todos os envolvidos — homens e mulheres, especialmente os parlamentos dos países das Américas — precisam reunir-se e debater todas as questões. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente aqui nesta manhã e fazer esta apresentação, dando-lhes a conhecer a situação atual. Estamos fazendo todos os esforços para alcançarmos esse objetivo, considerando as diferentes realidades de nossos vários países.

O Chile está sempre disponível para atender a solicitações bilaterais e compartilhar nossas experiências. Isto sempre é útil: um diálogo é a base apropriada para a troca de pontos de vistas.

Estamos em momento crucial: estou convencida de que os trabalhos a serem realizados nesta Assembléia podem representar uma contribuição significativa aos esforços que, no nível dos governos, devemos fazer nos próximos meses, um período em que se decidirá se haverá ou não uma ALCA. Também será um período decisivo para se avançar nas rodadas multilaterais da Organização Mundial de Comércio.

Todas estas questões são fundamentais para o processo de liberalização. Mas ainda mais importante é lembrarmos o que foi proposto na Cúpula de Doha: a criação de rodadas de desenvolvimento; a possibilidade de países africanos terem acesso ao algodão; a possibilidade de debatermos os três pilares da agricultura de que trata o artigo 13 da Cúpula; a possibilidade de se finalizarem as negociações de todas as questões que os países aqui presentes não conseguiram alcançar bilateralmente. Só poderemos alcançar tudo isso se as rodadas multilaterais da OMC forem frutíferas e produtivas.

Gostaria de agradecer o convite e estaremos esperando os resultados de seus debates que, para mim, sinceramente, serão um insumo fundamental no trabalho que teremos que realizar nos próximos meses.

Muito obrigada a todos.

5.4 Anexo 4 — Pauta da III Assembléia Plenária

Pauta
III Assembléia Plenária do FIPA
Valparaíso, Chile, 1º a 3 de abril de 2004

Quarta-feira, 31 de março

18h00 – 22h00 Chegada dos delegados.
Inscrição dos delegados e entrega de documentos — Hotéis oficiais
Reunião e jantar do Comitê Executivo

Quinta-feira, 1º de abril

09h00 – 10h30 Inscrição de delegados e entrega de documentos

10h30 – 11h50 Cerimônia de abertura (Salão de Honra do Congresso Nacional do Chile)

- Presidente do Senado do Chile
- Senador Hernán Larraín
- Presidenta do FIPA,
- Senadora Céline Hervieux-Payette
- Aprovação da pauta
- Eleição do presidente da III Assembléia Plenária
- Relatório anual da presidência do FIPA
- Outros assuntos

11h50 – 12h00 Intervalo

12:00 – 12:30 Continuação da cerimônia de abertura

- Discurso do presidente da Câmara dos Deputados do Chile
Deputado Pablo Lorenzini
- Presidente da República do Chile
Presidente Ricardo Lagos

12h30 – 12h40 Intervalo

12h40 – 13h15 Apresentação: Atualização sobre o processo da ALCA

- Ministra das Relações Exteriores do Chile
María Soledad Alvear

13h15 – 14h45 Almoço
Almoço oferecido pelo Comitê Organizador do Chile de 2004
Congresso Nacional do Chile — Sala de jantar do Senado (15º andar)

Relatório

III Assembléia Plenária

Valparaíso, Chile, 1º a 3 de abril de 2004

FIPA/PA/2004/REP/p/vf

Original: Espanhol

- 15h00 – 18h00 Sessões dos grupos de trabalho
- Grupo 1 — Terrorismo (Salão Eyzaguirre — Senado)
 - Grupo 2 — ALCA (Salão de Sessões — Senado)
 - Grupo 3 — Sistemas fiscais (Salão de Sessões da Câmara)
- 20h00 – 22h00 Recepção
- Oferecida pela presidenta do FIPA, senadora Céline Hervieux-Payette, e pelo embaixador do Canadá no Chile, Bernard Giroux, em honra aos delegados da III Assembléia Plenária.

Sexta-feira, 2 de abril

- 08h30 – 10h00 II Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas
- 10h00 – 13h00 Sessões dos grupos de trabalho
- Debates
 - Elaboração das recomendações
- 13h00 – 13h30 Conferência de imprensa do Comitê Executivo
- Congresso Nacional do Chile (Salão O'Higgins)
- 13h30 – 15h00 Almoço
- Oferecido pelo Comitê Organizador do Chile de 2004
Congresso Nacional do Chile — Sala de jantar do Senado (15º andar)
- 15h00 – 18h00 Sessões dos grupos de trabalho
- Finalização das recomendações
 - Aprovação do relatório a ser apresentado à Assembléia Plenária
- 20h00 – 22h00 Recepção
- Oferecida pelo Comitê Organizador do Chile de 2004
Palácio Vergara

Sábado, 3 de abril

- 10h00 – 12h30 Assembléia Plenária (Salão de Sessões da Câmara)
- Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho
 - Resoluções do FIPA e assuntos administrativos
 - Eleição do Comitê Executivo
 - Eleição do presidente do FIPA
 - Seleção do local da próxima Assembléia Plenária
 - Cerimônia de encerramento
- 12h30 – 15h00 Almoço na
- Escola de Cavalaria Quillota — apresentação eqüestre da
Alta Escola de Cavalaria do Exército do Chile

5.5 Anexo 5 — Relatório da Presidenta do FIPA

Relatório anual para a Assembléia Plenária elaborado pela presidenta do FIPA A Excelentíssima Senadora Céline Hervieux-Payette Quinta-feira, 1º de abril de 2004

Discurso original: Inglês

Prezados colegas parlamentares

Desde a nossa última Assembléia Plenária, realizada na Cidade do Panamá em fevereiro de 2003, houve muitos desenvolvimentos no FIPA. O Comitê Executivo e os Grupos de Trabalho esforçaram-se muito para desenvolver o fórum parlamentar e realizar projetos de importância para todos nós. Embora alguns parlamentares já conheçam a maioria das nossas últimas realizações, gostaria de aproveitar a oportunidade para atualizar o restante do grupo.

Em 2003, o Comitê Executivo reuniu-se duas vezes para apoiar o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da ALCA e para coordenar os preparativos para esta Assembléia Plenária.

Este ano, o Comitê Executivo fez a sua primeira reunião por videoconferência em outubro de 2003. Sete dos nove países membros do Comitê Executivo participaram da reunião, que foi organizada com a cooperação do Banco Mundial, através de sua Rede Global de Aprendizado a Distância (GDLN - Global Development Learning Network).

O principal objetivo da videoconferência foi discutir a participação dos membros do comitê na Cúpula Ministerial de Comércio em Miami e fazer os preparativos para a atual Assembléia Plenária.

Embora ainda tenhamos que acertar alguns detalhes no tocante à interpretação simultânea, os membros ficaram satisfeitos com a reunião e aprovaram o novo meio de comunicação, que representa uma boa alternativa quando não for possível organizar uma reunião face a face.

A segunda reunião do Executivo do FIPA foi realizada nos dias 18 e 19 de novembro em Miami, paralelamente à Cúpula Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Naquela reunião, os membros elaboraram as disposições preliminares e os temas dos grupos de trabalho para esta Assembléia Plenária, discutiram a formação da secretaria do FIPA e ratificaram seu apoio ao estabelecimento da secretaria do FIPA em Ottawa. Além disso, os membros estudaram o financiamento da organização e definiram o esquema de contribuições, que discutiremos posteriormente nesta reunião. O comitê também concordou com a necessidade de reformar os regulamentos do Fórum e recomendou que uma versão revisada dos mesmos fosse apresentada na Plenária em 2005.

Além disso, durante a reunião, os membros do Comitê Executivo seguiram as recomendações feitas na Assembléia Plenária anterior, participando da Cúpula Ministerial de Comércio da ALCA. Os membros do Executivo reuniram-se com vários participantes do processo da ALCA para informarem-se de suas posições e transmitir as recomendações feitas pelos parlamentares das Américas nas Assembléias Plenárias do FIPA.

O Comitê Executivo primeiramente se reuniu com membros de várias organizações não-governamentais presentes no Fórum de Comércio e Desenvolvimento Sustentável das

Américas. A reunião foi marcada pelo diálogo franco e proporcionou aos representantes destas organizações a oportunidade de expressar suas preocupações a respeito do processo de integração comercial, especialmente a necessidade de uma maior transparência nas negociações. Também reconheceram a importância da participação dos legisladores naquele processo, em tanto que representantes eleitos dos cidadãos.

Em seguida, os ministros do comércio do Canadá e da Costa Rica reuniram-se com os membros do Comitê Executivo para discutir o processo de integração comercial da ALCA. Os ministros explicaram a posição geral de seus países em relação à ALCA e fizeram relatos sobre o andamento das negociações. Também explicaram suas opiniões sobre as vantagens da integração comercial e responderam às preocupações levantadas pelos parlamentares neste tocante.

A presidenta do FIPA apresentou um documento contendo as recomendações feitas sobre o tema da ALCA, preparado pelos parlamentares das Américas durante as Assembléias Plenárias do FIPA. Também propôs que fosse implantado um mecanismo formal que permitisse a participação ativa dos parlamentares das Américas, em tanto que representantes eleitos dos cidadãos. A resposta dos ministros às recomendações foi positiva. Eles reconheceram a importância da participação parlamentar no processo da ALCA.

Por fim, um representante do Fórum Empresarial das Américas resumiu o envolvimento do setor privado no processo da ALCA e respondeu a perguntas dos parlamentares sobre os vários posicionamentos dos empresários quanto à integração comercial. Este representante endossou também a idéia de se incluírem parlamentares como participantes no processo da ALCA.

Após a reunião em Miami, foi enviada uma proposta aos presidentes da negociação e ao comitê de participação da sociedade civil da ALCA. A proposta pede o estabelecimento de um mecanismo que permita a interação formal entre o FIPA e o Comitê de Negociações Comerciais durante as negociações e, após o êxito da conclusão das negociações, com a secretaria da ALCA.

Embora tenhamos esclarecido que o FIPA reconhece a legitimidade do papel do poder executivo na negociação dos tratados, e não solicitemos "um lugar na mesa de negociações", propomos um papel que permita o intercâmbio oficial de informações e idéias entre parlamentares e negociadores da ALCA. Este relacionamento auxiliaria os parlamentares a se manter informados e teria um papel mais construtivo no engajamento de cidadãos, aconselhamento de autoridades, execução de medidas e supervisão de implementações relacionadas com a ALCA.

A reação inicial a estas ações também foi favorável. Entretanto, estamos esperando receber em breve uma resposta oficial à proposta.

Uma última observação em relação aos avanços do Grupo de Trabalho da ALCA: No momento, o grupo da ALCA está negociando um acordo com a Carleton University, em Ottawa, no Canadá, para a criação de um curso de treinamento para parlamentares sobre as negociações do ALCA. Este acordo possibilitará aos parlamentares uma participação mais efetiva no processo da ALCA através de uma estrutura de programas de compartilhamento de informações e educação que atendam às necessidades dos parlamentares nas Américas. O curso forneceria informações técnicas em questões comerciais e ajudaria os parlamentares a

analisar as amplas implicações sociais, econômicas e políticas de se adotarem normas comerciais liberais.

O Grupo de Trabalho do FIPA sobre Terrorismo também esteve ativo neste último ano. A primeira reunião do Grupo Especial sobre Terrorismo do FIPA foi realizada no Senado do México no dia 21 de maio de 2003 e contou com a presença de dezesseis parlamentares de treze países, representando as quatro sub-regiões do hemisfério. A reunião foi realizada em resposta a uma proposta feita pela delegação da Colômbia, no sentido de se estabelecer um grupo de trabalho sobre terrorismo, que havia sido aprovada em resolução da Assembléia Plenária do FIPA no Panamá em fevereiro de 2003.

A senadora Silvia Hernández do México foi anfitriã daquela primeira reunião, e foi eleita presidenta do grupo de trabalho. Colocando a questão no contexto da segurança hemisférica, os participantes destacaram seu compromisso para identificar ações concretas que possam ser adotadas pelos legisladores na luta contra o terrorismo, e concordaram em:

1. Expressar sua solidariedade com o povo e o governo colombiano, reconhecendo seu empenho na luta contra o terrorismo e condenando os recentes atos de violência perpetrados por grupos ilegais. Os participantes decidiram adotar uma declaração oficial refletindo sua posição;
2. Apoiar e promover a ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo através de uma atividade parlamentar conjunta, liderada pelos membros do grupo, visando acelerar o processo nos países que ainda não a ratificaram;
3. Realizar um estudo sobre os instrumentos legais internacionais que existem para lutar contra o terrorismo, a fim de avaliar sua abrangência e efetividade, e promover a facilitação das formalidades relacionadas aos instrumentos que ainda não foram ratificados; e
4. Realizar consultas com parlamentares do hemisfério visando preparar recomendações para a Conferência Especial sobre Segurança da OEA.

As recomendações resultantes daquela reunião e da consulta subsequente serão apresentadas à OEA para que possam ser levadas em consideração no futuro, ao se discutir a questão do terrorismo.

A propósito, o website do FIPA está fazendo uma consulta on-line sobre terrorismo. Peço a participação de todos os parlamentares. O serviço permite aos parlamentares das Américas expressar suas idéias e preocupações, para que o FIPA possa produzir um documento para a OEA contendo as principais preocupações dos parlamentares sobre este assunto.

Como já devem ter notado ao se inscreverem on-line ou ao transferirem documentos (download) para esta reunião, o website do FIPA conta com muitos recursos novos. Na realidade, desde a nossa última reunião, o Parlamento Virtual das Américas do FIPA passou por uma reforma total.

A nova versão está disponível nos quatro idiomas oficiais do FIPA e possui uma configuração muito mais intuitiva, além de informações mais detalhadas. Todos os relatórios e documentos de reuniões anteriores estão disponíveis, são feitas atualizações regulares sobre as atividades do FIPA e há informações sobre as atividades e os temas de cada um dos grupos de trabalho. O Grupo de Trabalho da ALCA, por exemplo, fornece informações, documentos e links para sites contendo informações sobre as negociações da ALCA com relevância para

parlamentares, enquanto o Grupo de Trabalho sobre Terrorismo realiza a primeira consulta on-line de parlamentares sobre a questão do terrorismo e da segurança hemisférica. Um espaço de trabalho on-line também possibilita aos parlamentares a colocação de documentos e a participação em discussões on-line em cada um dos três principais grupos de trabalho.

Espera-se que o novo website e os espaços de trabalho on-line facilitem a criação de uma rede ativa de parlamentares interessados em trabalhar em conjunto em questões como as negociações da ALCA, a luta contra o terrorismo e o papel de mulheres parlamentares.

Quanto à promoção do FIPA, duas missões importantes foram realizadas neste último ano. A primeira ocorreu em maio de 2003, quando fui convidada a participar da terceira reunião da Rede Legislativa das Américas, organizada pelo Diálogo Interamericano e realizada em Gramado, no Brasil. Naquela reunião, que contou com a participação de Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tive a oportunidade de falar sobre o trabalho que realizamos no FIPA e convidei os presentes a participar de nossa organização. A convite de nosso colega, o deputado brasileiro Luiz Hauly, membro do Comitê Executivo, também tive a oportunidade de visitar Brasília após a reunião em Gramado. Naquela ocasião, reuni-me com autoridades do Senado e da Câmara dos Deputados, que expressaram seu apoio ao FIPA e aos nossos trabalhos.

O segundo projeto de promoção do FIPA contou com uma visita feita por mim e pelo deputado federal John Godfrey a Washington, onde nos reunimos com dez membros do Congresso dos EUA e com César Gaviria, secretário-geral da OEA. O objetivo daquela missão era estabelecer laços entre o FIPA e os congressistas dos Estados Unidos — como resultado, foram formadas várias amizades.

Uma outra missão do FIPA programada neste ano relacionava-se à situação no Haiti. Após nossa visita a Washington e a reunião do Comitê Executivo em Miami, organizou-se uma missão que visitaria o Haiti entre os dias 13 e 16 de dezembro, em colaboração com o congressista dos Estados Unidos Cass Ballenger. Parlamentares do Canadá e do Caribe planejaram acompanhar uma delegação de congressistas dos Estados Unidos em uma visita ao Haiti, a fim de reunirem-se com os vários grupos envolvidos na situação política, demonstrarem a preocupação internacional sobre a situação e prestarem apoio às iniciativas da OEA naquele país. Infelizmente, devido à escalada da violência, a missão foi cancelada na última hora.

A despeito da mudança de planos, o FIPA continua comprometido com esta questão e continuará a acompanhar os acontecimentos, esperando encontrar o momento em que, mais uma vez, tenha a oportunidade de fazer uma contribuição positiva à situação.

E, por fim, gostaria de anunciar mais um evento significativo para o FIPA: o estabelecimento da Secretaria Técnica como uma entidade legal. Segundo a lei canadense, a secretaria agora está registrada como entidade legal, que será administrada através do Parliamentary Centre, uma organização não-governamental canadense, e provavelmente funcionará em escritórios fornecidos pelo Parlamento do Canadá. Isto possibilitará aos países membros contribuir com verbas para a organização, aliviando a carga do governo do Canadá, que tem sido extremamente generoso até o presente. Estamos todos satisfeitos de testemunhar este passo importante e significativo do FIPA.

Agora que todos já estão ao par das atividades do FIPA do ano passado, examinemos o que está ocorrendo este ano e os tópicos dos grupos de trabalho para a III Assembléia Plenária do FIPA.

O primeiro grupo de trabalho dará seguimento ao importante trabalho da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho do FIPA sobre Terrorismo. Este grupo analisará as conclusões da Conferência Especial da OEA sobre Segurança e discutirá as possíveis funções dos parlamentares no combate ao terrorismo, concentrando-se no papel dos parlamentares frente à ameaça do terrorismo.

O segundo grupo de trabalho lidará com um dos principais objetivos do FIPA: tornar-se um meio pelo qual os legisladores nas Américas possam participar do processo da ALCA. Obtivemos grandes avanços neste sentido no ano passado, mas ainda resta muito a ser feito. Por conseguinte, a fim de promover esta meta, as discussões empreendidas pelo segundo grupo de trabalho do FIPA servirão como instrumento para formalizar o envolvimento parlamentar nas negociações da ALCA.

O terceiro grupo de trabalho partirá das discussões realizadas na última Assembléia Plenária e buscará apresentar aos parlamentares os vários sistemas tributários em vigor nas Américas. A necessidade de reforma, a fim de possibilitar a todos os países o benefício de uma maior integração hemisférica, também será analisada por este grupo de trabalho intitulado: Sistemas tributários nas Américas: Avaliação da necessidade de coordenação das reformas tributárias.

E, por fim, o Grupo de Trabalho sobre Mulheres Parlamentares também se reunirá novamente este ano. O grupo realizará uma breve reunião para discutir temas como a questão do gênero em estratégias de desenvolvimento, e buscará criar uma estratégia para o próximo ano, para que possa começar a avançar a exemplo dos demais grupos de trabalho.

Convido-os, portanto, a participar dos vários grupos de trabalho, de modo que possam aproveitar ao máximo as discussões travadas enquanto nós, parlamentares das Américas, trabalhamos no sentido de melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos da nossa região.

5.6 Anexo 6 — Grupo de Mulheres Parlamentares: relatório e recomendações

Relatório do II Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas



O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas se reuniu nas salas do Congresso Nacional do Chile, entidade anfitriã deste terceiro Fórum Interparlamentar, na sexta-feira, 2 de abril de 2004, entre as 8:30h e as 10:15h, sob a presidência da Excelentíssima Deputada da República da Argentina, senhora Margarita Stolbizer.

Esta reunião teve, além disso, a participação de 22 representantes das delegações respectivas, conforme

indicado no Anexo 1.

O tema central da reunião, apresentado pela Chefe da Unidade Mulher e Desenvolvimento, da CEPAL, senhora Sônia Montañó, foi intitulado “A governabilidade democrática. Políticas públicas com perspectiva de gênero”. A necessidade de incluir mulheres e homens nas estratégias de desenvolvimento regional”.

Do mesmo modo, em representação da Ministra Diretora do Serviço Nacional da Mulher do Chile, a senhora Patrícia Silva Meléndez, Chefe do Departamento “Situação Jurídica da Mulher”, apresentou o tema “Os avanços e desafios em políticas de igualdade de oportunidades para as mulheres”.

Apresentação dos oradores convidados

A senhora Sonia Montañó (Chefe da Unidade Mulher e Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL) afirmou que com a recuperação da institucionalidade democrática em numerosos países da América Latina, o desenvolvimento das mulheres identificou-se de forma relevante com o exercício dos direitos e liberdades fundamentais consagrados nas Constituições Políticas. Destacou o papel da mulher na recuperação da mencionada institucionalidade e asseverou que, com frequência, as normas que garantem a igualdade das mulheres não são respeitadas, ou não o são completamente, na prática.

Afirmou que a governabilidade na América Latina está baseada em pactos políticos, que impedem o acesso igualitário da mulher aos cargos de eleição popular, fato especialmente relevante, considerando as crises de governabilidade que afetam a alguns países latino-americanos, nos quais foram feitas reformas institucionais e econômicas sem considerar critérios de equidade e de gênero.

Mencionou que, sem a contribuição econômica das mulheres, a pobreza aumentaria aproximadamente 10% nos países. O trabalho feminino que se desenvolve no âmbito doméstico compensa deficiência do Estado em matérias sociais (economia de cuidado) e, acrescentou, que existe uma média de 40% de participação das mulheres no mundo laboral, as quais, além de seus trabalhos, devem assumir a maior parte das responsabilidades das tarefas domésticas em seus lares. Posteriormente, explicou os principais aspectos das políticas em prol da mulher, existentes na Suécia, Holanda e nos Estados Unidos.

A senhora Patricia Silva Meléndez (Chefe do Departamento de Situação Jurídica da Mulher do Serviço Nacional da Mulher, SERNAM) divulgou as principais características do Serviço Nacional da Mulher do Chile, explicando que esta entidade foi criada depois que a democracia voltou ao país, sendo agora dirigida por uma diretora com nível ministerial. Deste modo, afirmou que o SERNAM desenvolve, fundamentalmente, as seguintes funções: propor e coordenar as políticas públicas para combater a pobreza da mulher; criar e executar projetos para a difusão dos direitos das mulheres; analisar a legislação nacional para propor sua reforma com perspectivas de gênero e equidade e fomentar a participação da mulher nos âmbitos político e social.

Destacou a existência do Comitê de Ministros pela igualdade de oportunidades, dentro do Programa de Melhoramento da Gestão Ministerial (PGM), que compreende o Programa de Melhoramento da Gestão de Gênero.

Sublinhou que ainda existem grandes desafios por assumir pelo Serviço que representa, especialmente no que se refere ao abismo salarial entre homens e mulheres e à participação política das mesmas, entre outros.

Recomendações

Depois de um breve intercâmbio de opiniões – visto o escasso tempo de duração deste encontro – em que as senhoras parlamentares manifestaram seus pontos de vista sobre o tema central da apresentação, a mesa foi autorizada para redigir as conclusões e recomendações que são submetidas à sua resolução.

Considerando:

- 1) Que os antecedentes estatísticos refletem que, aproximadamente, 50% da população americana é composta por mulheres; e que desta porcentagem, aproximadamente 35% participa ativamente do mercado trabalhista remunerado.
- 2) Que foi constatado que a democracia é o único espaço e marco possível para o desenvolvimento dos povos, e da mulher dentro destes, em condições de equidade e de igualdade.
- 3) Que a alta porcentagem de mulheres que assumem o papel protagônico como donas de casa em cada um dos países americanos e assumem o sustento econômico, educacional e afetivo da família, tem provocado que – como conseqüência da falta de autonomia econômica inicial nas relações familiares – as mulheres sejam o gênero mais vulnerável à pobreza, tudo isso leva a aumentar, no tempo, o abismo entre homens e mulheres pobres.

4) Que na população economicamente ativa – segundo os dados entregues pela CEPAL – as mulheres, em geral, mostram mais anos de escolaridade do que os homens, o que significa sua adequada preparação para assumir papéis ou funções determinantes no âmbito laboral, econômico e cultural, tanto a nível local como nacional.

5) Que, não obstante as estatísticas provenientes de pesquisas, as cidadãs têm refletido uma maior disposição a votar por candidaturas e confiar em diretivas femininas, a nível americano existe um sub-representação das mulheres em cargos de poder que surgem a partir de eleições populares, ou em ramos de atividades tanto governamentais como financeiros e econômicos.

O Grupo de Mulheres Parlamentares do Fórum Interparlamentar das Américas recomenda à Excelentíssima Assembléia:

1. Exortar os Governos dos Estados membros do FIPA a reconhecer, manifestar e enfatizar o importante papel da mulher na luta pela recuperação e pela manutenção da institucionalidade democrática nos povos americanos, abrindo espaços de poder e de decisão nas diferentes repartições do Estado, em condições de igualdade e de equidade.

2. Solicitar aos Estados membros do FIPA, o desenvolvimento – em cada país – de uma institucionalidade que esteja representada por uma entidade de alto nível, com a finalidade de propor e coordenar políticas públicas com perspectivas de gênero; desenvolva estratégias comunicativas para combater a discriminação da mulher; proponha reformas legais com o mesmo fim; desenvolva projetos e programas para melhorar a qualidade de vida das mulheres e sua participação política e social, entre outros pontos.

3. Incentivar os Estados membros do FIPA a desenvolver iniciativas para que toda normativa jurídica interna, que reconheça e consagre a igualdade da mulher seja cumprida de fato.

4. Exortar os Estados membros do FIPA a ratificar e cumprir as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e seu Protocolo Facultativo, como também qualquer outro tratado internacional que tenha a mesma finalidade.

5. Pedir aos Estados Membros do FIPA que toda reforma institucional e econômica e todas as políticas públicas considerem critérios culturais de equidade e perspectiva de gênero, entre outros objetivos, para diminuir o abismo salarial entre homens e mulheres e introduzir reformas trabalhistas que estimulem e permitam a participação dos homens na vida familiar, de tal modo que sejam compartilhadas igualmente as responsabilidades inerentes a este tipo de vida.

6. Incentivar os Estados membros do FIPA, assim como suas sociedades civis, a criar as condições necessárias para aumentar a participação política das mulheres, requisito indispensável para fortalecer a estabilidade da institucionalidade democrática e a governabilidade de nossos países.

7. Incentivar os Estados membros do FIPA a criar e aperfeiçoar, se for o caso, as condições jurídicas que garantam uma igualitária participação das mulheres nos cargos de eleição popular. Do mesmo modo, tender a respeitar a legislação que garanta esta participação feminina, nos casos que assim corresponda.

8. Solicitar ao Fórum Interparlamentar das Américas que, através do Grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA, seja implementado e aperfeiçoado um sistema de monitoração do estágio de desenvolvimento de cada um dos países membros, em relação às leis e políticas de desenvolvimento público e privado vinculadas à mulher.

9. Pedir à Unidade para a Promoção da Democracia, da Organização dos Estados Americanos (OEA), a colaboração em assistência técnica, em geral, e, particularmente, na realização de Fóruns Regionais do Grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA, para fortalecer e promover as lideranças políticas e democráticas das mulheres.

Ilustríssima Margarita Stolbizer

Deputada da Argentina

Presidente do Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

Ana Maria Skoknic

Secretária

Anexo 1 - Participantes

Senadora Silvia Gallego	Argentina
Deputada Margarita Stolbizer	Argentina
Senadora Sandra Husbands	Barbados
Senadora Madeleine Plamondon	Canadá
Senadora Celine Hervieux-Payette	Canadá
Deputada Ximena Vidal	Chile
Deputada Alejandra Sepúlveda	Chile
Deputada Juana Vallejo	Equador – Parlamento Andino
Deputada Virna Ileana López	Guatemala
Deputada Blanca Gamez	México
Senadora Ana María Figueredo	Paraguai
Senadora Adriana Franco de Fernández	Paraguai
Senadora Ada Solalinde de Romero	Paraguai
Deputada Ruth Wijdenbosch	Suriname
Deputada Tania D' Amelio	Venezuela
Deputada Jhannett Madríz Sotillo	Venezuela – Parlamento Andino
Sra. Elizabeth Spehar	UPD / OEA
Sr. Jorge Calderón	UPD / OEA

5.7 Anexo 7 — Grupo de trabalho 1 (Terrorismo): relatório e recomendações

Relatório do Grupo de Trabalho Combate ao terrorismo

O Grupo Especial que tratou do tema do terrorismo durante a III Assembléia Plenária do FIPA realizou várias sessões na sede do Congresso Nacional do Chile, na cidade de Valparaíso, nos dias 1 e 2 de abril de 2004.

Os parlamentares e representantes mencionados no Anexo 1 assistiram às ditas sessões.

Na primeira sessão, o Grupo de Trabalho foi constituído, tendo sido eleito Presidente o Senador Raymundo Cárdenas, representante do México.

A seguir, foram ouvidos os relatórios dos especialistas internacionais sobre o tema em questão, senhora Rut Diamint e senhor Jorge Calderón.



Debate do Grupo de Trabalho

No desenvolvimento das sessões realizadas pelo grupo, houve um amplo intercâmbio de opiniões e propostas entre os participantes.

As intervenções mencionadas trataram, principalmente, dos pontos que serão resumidos a seguir.

Comentou-se que um dos principais desafios desta reunião consiste em definir o que os governos dos diferentes países podem fazer juntos, no que se refere ao combate ao terrorismo. Além disso, afirmou-se que é imprescindível somar as capacidades individuais dos Estados para estruturar respostas conjuntas para este problema.

Neste sentido, asseverou-se que um primeiro esforço seria iniciar uma tradição de debates dedicados ao tema da segurança. De fato, este assunto, até muito pouco tempo antes era discutido exclusivamente pelas Forças Armadas, que tinham a missão de garantir a segurança. No entanto, o dever histórico tem demonstrado que este tema deve ser abordado de forma multifacética e que os Parlamentos, de forma particular, devem desempenhar um papel relevante no estabelecimento de condições apropriadas no que se refere à preservação da segurança e ao combate ao terrorismo.

Foi colocado em evidência que, embora devam ser evitadas as respostas militarizadas diante das ameaças do terrorismo, o mesmo deve ser feito no que se refere às reações unilaterais de parte das diferentes nações, mesmo quando é compreensível que cada Estado enfrente estas ameaças através de medidas particulares e com mecanismos proporcionados por suas leis internas.

No entanto, foi enfatizado que o terrorismo tem sido desterritorializado e que já não reconhece fronteiras entre as nações. Conseqüentemente, chegou-se à conclusão de que é fundamental criar uma comunidade política internacional para encontrar soluções conjuntas.

Surgiu a preocupação de que o combate ao terrorismo pode provocar repressões, limitações aos direitos civis e políticos e enfraquecer, em síntese, a democracia. Neste momento, foi sublinhado o risco que significa a intervenção de grandes potências nos assuntos internos de outras nações, com o afã de combater o terrorismo.

Por este motivo, foi ressaltada a importância do papel dos parlamentos para garantir essa legalidade e evitar cair nesses erros. São eles que podem gerar este marco normativo compartilhado.

Foi mencionado que tal marco regulatório compartilhado deve abordar soluções institucionais, mecanismos de inteligência, regulamentação dos processos migratórios, controle dos sistemas alfandegários, fortalecimento do intercâmbio de informações e repressão aos fluxos financeiros relacionados à lavagem de dinheiro. No que se refere às migrações, ficou estabelecido que o objetivo não é inibi-las mas estabelecer regulamentações, mecanismos e instrumentos que as tornem seguras e que proporcionem invulnerabilidade aos correspondentes sistemas de cadastramento.

Foi sublinhada a conveniência de definir legalmente conceitos tais como o “terrorismo”, o “terrorismo econômico” e o “crime transnacional organizado”. Neste aspecto, ressaltou-se a importância de entender que todo ato que tem como objetivo criar perturbação e alterar a paz é terrorismo. Neste sentido, afirmou-se que não é necessário que estes atos provoquem resultados efetivos visto que, em determinadas ocasiões, uma simples ameaça ou demonstração da vulnerabilidade dos sistemas de segurança conseguem desestabilizar a convivência pacífica.

Ressaltou-se que, no fundo, esta luta está orientada ao respeito à lei e não somente ao combate ao terrorismo.

Neste contexto, outras importantes tarefas que surgem para os congressos são a supervisão dos organismos de inteligência e o desenvolvimento da diplomacia parlamentar.

Quanto ao primeiro ponto, os congressistas possuem responsabilidades e devem assumi-las, rompendo com tradições prejudiciais. Deste modo, trata-se de um dever de cuidar e fortalecer o sistema democrático, controlar eficazmente as comunidades de inteligência, eliminar prerrogativas militares e abusos policiais, deixar de lado velhas práticas e democratizar os métodos utilizados.

No que se refere à diplomacia parlamentar, trata-se de conduzi-la a uma realidade ativa, comprometida e, inclusive, arriscada, de forma que seja a coluna vertebral dos processos de integração e uma vanguarda na procura de soluções aos problemas que as sociedades enfrentam.

Conseqüentemente, este trabalho parlamentar deve levar a soluções que respondam a critérios de efetividade, de cooperação internacional ou, pelo menos no plano regional, e de congruência com os valores democráticos.

Destacou-se que o que foi anteriormente exposto manifesta a utilidade deste encontro, no qual é possível discutir e buscar, entre parlamentares de distintos países, soluções conjuntas e eficazes.

Quanto à atitude da sociedade diante dos terroristas, afirmou-se que os mesmos devem ser tratados como criminosos e não como glamorosos adversários políticos que reivindicam direitos das minorias.

Desde outro ponto de vista, afirmou-se que, em democracia, as minorias devem expressar-se através dos canais oferecidos legitimamente pelo sistema republicano. Por isso, à globalização deve ser somada mais justiça social, mais cosmopolitismo, mais respeito a todos os seres humanos e aos valores da diversidade e da tolerância.

Representantes de algumas nações, entre elas o Paraguai e o país anfitrião, divulgaram os avanços conseguidos, em seus respectivos países, em matéria de elaboração de leis e de estudos de projetos.

Sobre este aspecto, houve consenso em relação à conveniência de incorporar importantes tratados internacionais à legislação interna das nações, tais como a Convenção Interamericana contra o Terrorismo e a Convenção para a Repressão do Financiamento ao Terrorismo. Quanto ao Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Internacional de Justiça, foi dito que embora este tribunal tenha competência subsidiária àquela dos órgãos internos e, além disso, não tenha como objetivo central o combate ao terrorismo, constitui uma ferramenta muito eficaz na medida em que tipifica figuras delituosas específicas e possibilita a formação de uma jurisprudência penal comum.

Parlamentares do México e do Paraguai divulgaram uma lista dos principais instrumentos internacionais ligados ao terrorismo, registrados por seus respectivos países.

Finalmente, foi considerada a cooperação que organismos internacionais, tais como as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, oferecem em matéria de promoção de uma maior participação dos poderes legislativos na luta contra o terrorismo, valorizando positivamente os resultados que ela oferece.

Princípios orientadores das recomendações do Grupo de Trabalho

Concluídas as deliberações do Grupo Especial de Trabalho, acordou-se deixar estabelecidos os princípios que, segundo o grupo, devem ser respeitados pelas ações propostas a seguir:

- I. A segurança hemisférica tem como base fundamental o respeito aos princípios consagrados nas Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos;
- II. É direito soberano de cada Estado identificar suas próprias prioridades nacionais em matéria de segurança e definir as estratégias, planos e ações para enfrentar as ameaças que a mesma possa receber, conforme a sua organização jurídica e com o pleno respeito ao direito internacional;
- III. As novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são problemas intersetoriais ou transversais que requerem soluções múltiplas de parte de distintas

organizações nacionais e, em alguns casos, de associações entre os governos, o setor privado e a sociedade civil, agindo conforme os princípios democráticos e as normas constitucionais de cada Estado; e

IV. O pleno respeito à soberania, à independência política de cada Estado da região e à sua integridade territorial é base fundamental para a convivência pacífica e para a segurança no hemisfério. Também são o direito imanente à legítima defesa, individual ou coletiva, de todos os Estados, além de seu compromisso de abster-se a recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial ou contra a independência política dos Estados, ou em qualquer outra forma, incompatível com as Cartas das Nações Unidas e com a OEA.

Recomendações

Os Parlamentares presentes neste Grupo Especial de Trabalho sobre Terrorismo coincidiram na necessidade de formular, diante do Plenário do FIPA, as seguintes recomendações:

1. Condenar o terrorismo em todas suas formas e repudiar energicamente os hediondos atos terroristas que, nos últimos tempos, têm acontecido em distintas nações;
2. Reiterar a exortação aos países que ainda não ratificaram instrumentos internacionais que constituem importantes ferramentas ao combate ao terrorismo, que o façam com urgência. É o caso da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, da Convenção para a Repressão do Financiamento ao Terrorismo e do Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Internacional de Justiça;
3. Promover, dentro dos distintos países, a elaboração de leis internas que obedeçam o propósito de contar, a nível internacional, com um marco regulatório eficaz no combate ao terrorismo. Como exemplo, recomenda-se privilegiar a adoção de medidas que agilizem e facilitem as extradições solicitadas em processos por delitos terroristas;
4. Propiciar a adequação das legislações internas, com a finalidade de tornar efetivos os tratados internacionais sobre o combate ao terrorismo;
5. Combater os mecanismos de financiamento ao terrorismo. Para isso, é fundamental estabelecer as necessárias regulações dos mercados para impedir e castigar a lavagem de dinheiro. Além disso, é preciso tipificar e sancionar adequadamente outras figuras delituosas que, freqüentemente, estão relacionadas com o financiamento ao terrorismo, tais como o sequestro, o tráfico de armas, a pirataria e o narcotráfico;
6. Cuidar que as instituições responsáveis pela inteligência contem com mecanismos de controle próprios do sistema democrático e guiem seu comportamento através dos princípios deste sistema e, particularmente, através do respeito às garantias constitucionais das pessoas;

7. Incentivar os parlamentos nacionais a regulamentar o fenômeno dos processos migratórios, adotando medidas para estabelecer condições que, sem inibi-las, proporcionem um adequado nível de segurança na entrada e saída de pessoas e de invulnerabilidade nos sistemas de cadastramento;
8. Propiciar e favorecer os esforços que os organismos internacionais desenvolvem na luta contra o terrorismo, evitando a possibilidade de que exista uma duplicação de esforços nesta tarefa;
9. Avançar no estudo de definições legislativas que possam resultar úteis para a aplicação de normas, tanto nacionais como internacionais. É o caso do próprio conceito de “terrorismo” e de outros como “crime transnacional organizado” e “terrorismo econômico”;
10. Fomentar a implementação de projetos de cooperação entre parlamentares de distintas nações e a capacitação dos mesmos em matéria de adoção de medidas legislativas eficientes na luta contra o terrorismo;
11. Solicitar o apoio da Unidade para a Promoção da Democracia da Organização dos Estados Americanos, para que acompanhe o Grupo Especial sobre Terrorismo do FIPA no projeto, realização e supervisão de um plano de trabalho específico que proporcione resultados concretos, quanto antes, de maneira que os mesmos possam ser expostos na próxima Assembléia Plenária deste Fórum; e
12. Finalmente, recomendar à Secretaria do FIPA o acompanhamento dos processos de adesão e ratificação dos instrumentos internacionais sobre o combate ao terrorismo, prestando informações aos países membros.

Ilustríssimo Raymundo Cárdenas
Senador do México
Presidente do Grupo de Trabalho sobre Terrorismo

Julián Saona
Secretário

Nora Villavicencio
Secretária

* * * * *

Anexo 1 - Participantes

Senadora Silvia Gallego	Argentina
Deputado Luis Molinari	Argentina
Deputada Margarita Stolbizer	Argentina
Deputado Louis Tull	Barbados
Senador Leopoldo Fernández	Bolivia
Senadora Madeleine Plamondon	Canada
Deputado Roy Bailey	Canada
Deputado Waldo Mora	Chile
Deputado Juan Masferrer	Chile
Deputado Jorge Burgos	Chile
Deputado Mario Calderón	Costa Rica
Deputado Tubal Páez	Cuba
Deputado Edgar Ortiz	Equador
Deputado Ernesto Castellanos	El Salvador
Deputado Elizardo González	El Salvador
Deputado Juan Cifuentes	Guatemala
Deputada Virna López	Guatemala
Senadora Sara Castellanos	México
Senador Raymundo Cárdenas	México
Deputado Rogelio Flores	México
Deputado Luis Eduardo Espinoza	México
Senador Alejandro Velásquez	Paraguay
Deputado Teodoro Rivarola	Paraguay
Deputado Miguel Rojas	Paraguay
Senador Germán Castro	República Dominicana
Deputado Mahawat Khan	Suriname
Deputada Tania D'Amelio	Venezuela

Anexo 2 – Contribuições

Contribuição do delegation de México

Instrumentos multilaterales suscritos por México en materia de combate al terrorismo internacional

Organización de las Naciones Unidas (ONU)

1. Convenio sobre las Infracciones y Ciertos otros Actos Cometidos a Bordo de las Aeronaves (Tokio, 14 de septiembre de 1963);
2. Convenio para la Represión del Apoderamiento Ilícito de Aeronaves (La Haya, 16 de diciembre de 1970);
3. Convenio para la Represión de Actos Ilícitos contra la Seguridad de la Aviación Civil (Montreal, 23 de septiembre de 1971);
4. Convención sobre la Prevención y el Castigo de los Delitos contra Personas Internacionalmente Protegidas y los Agentes Diplomáticos (Asamblea General de la ONU, 14 de diciembre de 1973);
5. Convención Internacional contra la Toma de Rehenes (Asamblea General de la ONU, 17 de diciembre de 1979);
6. Convención sobre la Protección Física de los Materiales Nucleares (Viena, 3 de marzo de 1980);
7. Protocolo para la Represión de Actos Ilícitos de Violencia en los Aeropuertos que Presten Servicio a la Aviación Civil Internacional, complementario del Convenio para la Represión de los Actos Ilícitos contra la Seguridad de la Aviación Civil Internacional (Montreal, 24 de febrero de 1988);
8. Convenio para la Represión de Actos Ilícitos contra la Seguridad de la Navegación Marítima (Roma, 10 de marzo de 1988);
9. Protocolo para la Represión de Actos Ilícitos contra la Seguridad de las Plataformas Fijas Emplazadas en la Plataforma Continental (Roma, 10 de marzo de 1988);
10. Convenio sobre la Marcación de Explosivos Plásticos para los Fines de Detección (Montreal, 1 de marzo de 1991);
11. Convenio Internacional para la Represión de la Financiación del Terrorismo; y
12. Convenio Internacional para la Represión de los Atentados Terroristas Cometidos con Bombas.

Organización de los Estados Americanos (OEA)

13. Convención Interamericana contra el Terrorismo (2002)

Contribuição do delegation de Paraguai

Ratificación de diversos convenios internacionales de lucha contra el terrorismo por parte de Paraguay

CONVENIOS / PROTOCOLOS	Obs.	No. Ley	Dictamen Comisión RREE	Tratado en Plenario del Senado	Girado a Diputados
1. Convención Interamericana contra el Terrorismo (OEA)	Mensaje PE 758 30/07/02	2302/03	Aprobado 23/07/03	Aprobado 31/07/03	Aprobado 30/10/03
2. Convención contra la Delincuencia Organizada Transnacional (ONU)	Mensaje PE 814 04/11/02	2298/03	Aprobado 23/07/03	Aprobado 31/07/03	Aprobado 30/10/03
3. Convención Internacional contra la Toma de Rehenes (ONU)	Mensaje PE 604 20/11/01	Pendiente	Aprobado 19/12/01	Aprobado 16/10/03	Mensaje 115 23/10/03
4. Convenio contra la Represión de los Actos Ilícitos contra la Seguridad de la Navegación Marítima (OMI)	Mensaje PE 696 13/06/02	Pendiente	Aprobado 22/10/03	Aprobado 30/10/03	Mensaje 133 06/11/03
5. Convención para Prevenir y Sancionar los Actos de terrorismo Configurados en Delitos Contra las Personas y la Extorsión Conexa cuando estos tengan Trascendencia Internacional (OEA)	Mensaje PE 643 13/03/02	Pendiente	Aprobado 22/10/03	Aprobado 30/10/03	Mensaje 134 06/11/03
6. Convenio sobre la Marcación de Explosivos Plásticos para los Fines de Detección (OACI)	Mensaje PE 623 11/12/01	Pendiente	Aprobado 22/10/03	Aprobado 30/10/03	Mensaje 135 06/11/03
7. Protocolo para la Represión de Actos Ilícitos contra la Seguridad de las Plataformas Fijas Emplazadas en la Plataforma Continental (OMI)	Mensaje PE 697 13/06/02	Pendiente	Aprobado 22/10/03	Aprobado 30/10/03	Mensaje 136 06/11/03
8. Convenio Internacional para la Represión de los Atentados Terroristas cometidos con Bombas. (ONU)	Mensaje PE 585 29/10/01	Pendiente	Aprobado 22/10/03	Aprobado 30/10/03	Mensaje 137 06/11/03
9. Convención Internacional para la Supresión del Financiamiento del Terrorismo (ONU)	Mensaje PE 603 20/11/01	Pendiente	Aprobado 22/10/03	Aprobado 30/10/03	Mensaje 138 06/11/03
10. Protocolo para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, Especialmente Mujeres y Niños, que Complementa la Convención contra la Delincuencia Organizada Transnacional	Mensaje PE 814 04/11/02	Pendiente	Aprobado 03/03/04	Aprobado 04/03/04	

5.8 Anexo 8 — Grupo de trabalho 2 (ALCA): relatório e recomendações

Relatório do II Grupo de Trabalho Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)



O II Grupo de Trabalho do III Encontro Plenário do Fórum Interparlamentar das Américas, sob a presidência do ilustríssimo senhor Don Boudria, do Canadá, tratou especificamente a questão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Orientou sua ação à revisão dos principais elementos que impedem o encerramento bem sucedido do processo de negociações da ALCA, com o objetivo de fazer recomendações que, através de uma perspectiva parlamentar, permitam vencer tais empecilhos e atingir um acordo abrangente e equilibrado, que promova com maior eficiência o crescimento econômico, a diminuição dos níveis de pobreza, o desenvolvimento e a integração regional, considerando as diferentes necessidades e sensibilidades de todos os Estados membros.

O Grupo de Trabalho realizou suas sessões na sede do Congresso Nacional do Chile, na cidade de Valparaíso, nos dias 1 e 2 de abril de 2004, e contou com a participação de parlamentares e representantes mencionados no Anexo 1.

Intervenção da oradora convidada

Participou como conferencista a senhora Verónica Silva, da CEPAL, quem fez uma apresentação intitulada “ALCA: debate e negociações”. Esta conferência serviu como base para as discussões do segundo Grupo de Trabalho e foi baseada no último rascunho do texto do acordo da ALCA, publicado após o VII Encontro Ministerial de Comércio, realizado em Quito, em novembro de 2002.

Na sua apresentação, a especialista tentou mostrar a ALCA em uma perspectiva muito mais ampla, explicando a inserção comercial da América Latina nos anos 90, os diferentes acordos internacionais nesta matéria (entre eles OMC e APEC), a ALCA e seus níveis de acordos e negociações que, segundo ela, pretendem: 1) Garantir mercados; 2) Estabelecer políticas; 3) Promover investimentos; e 4) Solucionar diferenças.

No que se refere ao acesso aos mercados, afirmou que os principais pontos de controvérsia são a eliminação de tarifas alfandegárias, normativas *anti-dumping*, subsídios agrícolas e compensação com liberalização rápida de taxas alfandegárias de produtos que são objeto de subsídios internos.

Em relação às perguntas feitas, a especialista explicou que:

1. O tema da assimetria em países em desenvolvimento é relevante e complexo. De fato, tem estado presente, desde o começo, na ALCA e na OMC. Disse também que tem ocorrido períodos de ajuste, assistência técnica e flexibilização de normas.

Indicou que foi planejada a criação de fundos compensatórios, como os desenvolvidos pela União Européia, para dar apoio aos estados membros do acordo em situação mais difícil.

2. No que se refere à coexistência da ALCA e outros acordos, indicou que o tema é matéria de debate. Mencionou que existem espaços específicos para acordos subregionais e acrescentou que, se há preferências bilaterais e se somam outros países, as preferências bilaterais serão perdidas. Concluiu ressaltando que a ALCA pode homogeneizar as condições nas quais se tomam decisões produtivas.

3. Quanto à substituição do investimento doméstico pelo investimento estrangeiro, afirmou que as políticas de investimento doméstico são mais importantes do que as políticas de investimento estrangeiro, surgindo a necessidade de políticas complementares aos acordos.

4. Existência de três modelos em países que se inserem no mercado mundial: Países que exportam recursos naturais; modelo das montadoras: caso do México, América Central e o Caribe, que exporta mão-de-obra barata e se encontra perto dos Estados Unidos, e países do Caribe, cuja economia está baseada nos serviços turísticos e no transporte financeiro.

5. Diferença entre o MERCOSUL e o G14. Os países G14 possuem uma maior profundidade. O Chile, o Canadá e o México tentam encontrar um denominador comum.

6. Tema da sociedade civil organizada, de forma que as negociações sejam socializadas.

Em relação a outras apresentações a especialista indicou que:

1. O processo da ALCA está inscrito no processo de Cúpulas das Américas e que diz relação com questões de interesse comum.

2. As negociações têm caminho de ida e volta. Algo se consegue. Os acordos têm impacto. O modo de competir tem a ver com as políticas domésticas.

3. Existe um impacto social que não é de fácil solução. Os efeitos comerciais entre os países diferem. Isto tudo influi nos efeitos da ALCA e nas negociações. O que se ganha na região é marginal em produtos. Ganha-se em outras áreas. Ganham os setores agropecuários, as matérias-primas e perdem ou correm um maior risco as manufaturas e as pequenas indústrias que são as que dão mais emprego à população, já que a entrada no país de produtos mais baratos origina a falência das indústrias nacionais.

Tem de existir coerência entre as políticas e as negociações. Do mesmo modo, é precisa melhorar a capacitação e permitir que a sociedade civil tenha acesso às informações.

O Programa de Cooperação Hemisférica se preocupará pelo impacto fiscal, o qual também é atingido na questão das tarifas alfandegárias.

Durante a segunda sessão deste Grupo de Trabalho, a especialista da CEPAL, a senhora Verónica Silva, respondeu a outras perguntas relacionadas com os seguintes temas:

- Em relação ao cumprimento do cronograma estabelecido para concluir as negociações da ALCA, ela disse que não era possível antecipar cenários nesta matéria, mantendo o ano de 2005 como data oficial de encerramento.
- Em relação com a congruência da ALCA e as normas estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio, explicou que as normas das duas entidades são consistentes, destacando que numerosos capítulos da ALCA têm como referência os acordos da OMC. Disse também que a OMC não impossibilita a seus membros de realizar acordos, sem ir em contra isso, exigindo que estes acordos sejam flexíveis e compreensivos e não significando que se liberalizem somente no âmbito de um acordo regional preferencial.
- A respeito da situação das economias pequenas diante das assimetrias, indicou que no processo de negociação da ALCA tem acontecido uma evolução favorável nesta matéria. Neste momento, destacou o documento despachado pelo Grupo Consultivo sobre Pequenas Economias.
- No que se refere ao impacto social da ALCA, afirmou que é um tema de difícil avaliação geral devido às diferenças existentes entre os diversos Estados participantes. Recomendou distintos trabalhos específicos inseridos na bibliografia anexada neste relatório.
- Em relação à questão de sociedade civil, asseverou que no Encontro Ministerial realizado em Miami destaca-se o estabelecimento de melhores práticas para divulgar informações e a participação direta através do Comitê de representantes governamentais sobre sociedade civil em relação a temas específicos, tais como a agricultura e os serviços.

Debate do Grupo de Trabalho

No começo da segunda sessão Grupo de Trabalho, seu presidente informou que a declaração conjunta dos co-presidentes do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) da ALCA, realizada no passado dia 1 de abril, adia a reabertura da décima-sétima reunião do CNC até novo aviso, com o objetivo de fazer perguntas informais adicionais, necessárias para a elaboração de orientações aos grupos de negociação da ALCA, conforme exigido no Encontro Ministerial de Miami, com a finalidade de desenvolver um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações que possam ser aplicados em todos os países, além dos procedimentos para realizar as negociações plurilaterais entre os países da ALCA que desejam empreender liberalização e disciplinas adicionais no marco do acordo.

A seguir serão abordados brevemente os principais temas que foram objeto de debate no âmbito deste segundo Grupo de Trabalho.

Foi expressada a necessidade de os parlamentos das Américas adquirirem um papel ativo no processo de negociação atual e interagirem formalmente com os Ministros do Comércio. No momento, foi dito que o poder executivo de cada país é responsável por realizar as negociações, outorgando aos parlamentos a ratificação ou implementação dos acordos alcançados, conforme a legislação interna de cada país. Não obstante isto, os parlamentos devem ser informados adequadamente dos avanços em tais negociações e devem ser considerados nas mesmas por serem legítimos representantes da sociedade civil.

Foi ressaltado que os parlamentos convenientemente informados sobre o processo negociador, ofereceriam enormes benefícios à ALCA, visto que poderiam servir de canal comunicador entre os negociadores e a sociedade civil. Ao mesmo tempo, os parlamentares poderiam iniciar processos legislativos que procurassem adequar sua legislação nacional aos desafios e oportunidades representados pela ALCA, ao mesmo tempo que estariam em condições de educar e preparar os setores de maior risco para as mudanças implícitas em uma liberalização comercial que se aproxima.

Com o propósito de cumprir este papel e divulgar a situação das negociações que envolvem a ALCA, ressaltou-se a conveniência de contar com informações expressadas de forma clara e simples. Afirmou-se que hoje em dia só é possível conseguir informações limitadas e expressadas em uma linguagem técnica de difícil entendimento para o cidadão comum.

Do mesmo modo, insistiu-se na conveniência previamente destacada como recomendação na segunda Assembléia Plenária do FIPA, de estabelecer, em cada parlamento nacional, comissões especiais destinadas a abordar e debater o processo negociador da ALCA, antecipando soluções aos problemas que o acordo possa gerar no âmbito nacional e fortalecendo seus benefícios.

Foi manifestada preocupação pela ausência, nesta terceira Assembléia, de representantes do Congresso norte-americano e se destacou que a mesma aborda temas como o terrorismo e a ALCA, que envolvem diretamente os Estados Unidos da América. De modo particular, foi sublinhada a situação paradoxal da ausência de parlamentares norte-americanos, tendo em conta que os Estados Unidos atualmente possui uma das co-presidências do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA.

Sobre este particular, o presidente informou sobre o trabalho realizado na cidade de Washington pela presidente do FIPA, a ilustríssima senadora Céline Hervieux-Payette, com o fim de conseguir a participação de membros do parlamento daquele país, os quais, lamentavelmente, decidiram não participar neste terceiro Encontro Plenário do FIPA.

Destacou-se que a formação de um bloco regional potencia a obtenção de um maior desenvolvimento e crescimento sustentáveis, além de aumentar as perspectivas de negociação diante de blocos regionais tão poderosos como a União Européia ou os blocos dos países da Ásia-Pacífico.

Houve acordo em que o aumento do comércio traz benefícios para as economias nacionais, sem ir contra esta idéia, deve-se levar em consideração que mesmo quando muitos países latino-americanos contam com um setor moderno em sua economia que se beneficiará do

Relatório

III Assembléia Plenária

Valparaíso, Chile, 1º a 3 de abril de 2004

FIPA/PA/2004/REP/p/vf

Original: Espanhol

convênio, também estão presentes amplos setores tradicionais, formados por pessoas de baixa renda, que enfrentarão dificuldades. Devido a isso, chegou-se à conclusão de que os maiores esforços deverão ser utilizados para proteger os grupos de risco.

Além disso, afirmou-se que o impacto da liberalização econômica não deve incrementar os tributos fiscais, gerar fuga de capitais ou piorar a má distribuição da renda.

Destacou-se a assimetria existente entre os trinta e quatro países que negociam a ALCA, seja em seus níveis de desenvolvimento, ou na dimensão de suas economias.

De fato, foi sublinhado que a ALCA gera expectativas mas também desconfianças nos países em desenvolvimento, já que estes últimos arriscam consideravelmente mais que os países desenvolvidos, podendo ver sua estabilidade econômica ser ameaçada por uma experiência de liberalização de mercados que seja realizada sem remediar os desequilíbrios existentes.

Insistiu-se na recomendação efetuada durante a segunda Assembléia Plenária, realizada na cidade do Panamá, que consiste em que a ALCA estude a criação de um fundo especial, dentro de seu Programa de Cooperação Hemisférica, destinado à educação superior, ciência e tecnologia, com a finalidade de que os países em desenvolvimento possam gerar capacidades científicas e tecnológicas destinadas a diminuir o abismo em relação aos países desenvolvidos e contribuir efetivamente ao desenvolvimento econômico e a uma melhor integração dos países da ALCA.

Reiterou-se que os países desenvolvidos devem levar em consideração que os países em desenvolvimento representam um mercado, cuja capacidade de compra deverá ser estimulada com o fim de permitir o benefício de todos os participantes no livre comércio internacional.

Foi lançado um apelo aos países mais desenvolvidos e poderosos do continente a exercer liderança e compartilhar suas experiências, ferramentas e conhecimentos, através de apoio tecnológico e econômico que lhes permita realizar um processo de integração econômica adequado.



Foi sublinhada a difícil situação da agricultura nos países em desenvolvimento, que seria agravada pela expectativa de alcançar um acordo de liberalização comercial em um contexto no qual os países desenvolvidos mantêm subsídios à produção agrícola e barreiras alfandegárias e não alfandegárias que distorcem o mercado agrícola internacional e atentam contra sua liberdade e desenvolvimento.

Recomendações

Os parlamentares que participaram deste segundo Grupo de Trabalho coincidiram sobre a necessidade de formular, diante do Plenário do FIPA, as seguintes recomendações:

Em relação à participação do FIPA no processo da ALCA

Tendo em mente que os parlamentares que conformam o FIPA recomendaram, no Encontro Plenário de fevereiro de 2003, que o Comitê Executivo do FIPA “estabelecesse um mecanismo para que o FIPA interagisse formalmente com os Ministérios do Comércio, no contexto do processo que leva a cabo a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e realizasse um acompanhamento das negociações”;

Considerando que o Executivo do FIPA apresentou, aos dois Presidentes do processo de negociação da ALCA, uma proposta para interagir formalmente com o Processo de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas, que inclui:

- Reconhecimento do FIPA como a voz oficial dos parlamentares no processo de negociação da ALCA; e
- O estabelecimento de um mecanismo que permitirá a interação entre o FIPA, representando os parlamentares cujos países participam nas negociações da ALCA, o Comitê de Negociações Comerciais e a Secretaria da ALCA.

Entendendo que os parlamentares são os representantes legítimos dos cidadãos das Américas;

Considerando que os parlamentares de muitos países expressaram que não têm recebido informações suficientes sobre a ALCA da parte do poder executivo de seus governos;

Considerando que estamos decepcionados com os co-presidentes das negociações da ALCA por falta de debates entre o FIPA e os co-presidentes da ALCA, principalmente sobre o tema da implementação e futuro desenvolvimento do Programa de Cooperação Hemisférica, de modo particular sobre os fundos para as mudanças sociais nos setores agrícola e manufatureiro, segundo as recomendações emanadas do Segundo Encontro Plenário do FIPA;

Considerando que os Estados Unidos, através de seu representante do setor do comércio, Robert Zoellick, tenha declarado que um dos papéis da ALCA é o melhoramento das condições socioeconômicas dos países em via de desenvolvimento no hemisfério;

Reconhecendo que os parlamentares desempenham um papel importante no compromisso dos cidadãos, na assessoria aos altos funcionários, na promulgação de disposições e na supervisão da implementação relacionada com a ALCA que se encontra em processo de negociação;

Reconhecendo a importância de que o processo de negociação da ALCA dá ao compromisso da sociedade civil e à transparência;

Reafirmando nossas preocupações em torno dos assuntos relacionados com os subsídios agrícolas, o tratamento diferencial das economias pequenas e em processo de desenvolvimento, além das preocupações sobre as mudanças econômicas e sociais;

Dado que as negociações da ALCA estão programadas para finalizar em janeiro de 2005;

NÓS, OS PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS:

Recomendamos que os co-presidentes do processo da ALCA estabeleçam imediatamente um mecanismo para que o FIPA interaja formalmente com os Ministros do Comércio Exterior, no contexto do processo da ALCA, sob os termos da proposta do Comitê Executivo do FIPA para interagir formalmente com o Processo de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas;

Recomendamos que os co-presidentes trabalhem em conjunto com o FIPA para levar a cabo sessões de informações com a finalidade de dialogar com os parlamentares sobre a posição das negociações e as preocupações dos parlamentares das Américas, incluindo temas a respeito dos desafios que as economias pequenas e em desenvolvimento enfrentam, os subsídios agrícolas e as mudanças sociais e econômicas.

Recomendamos, além disso, que o Comitê de Negociações de Comércio proporcione aos parlamentares os documentos em termos simples, que descrevam a posição das negociações e os assuntos que sejam analisados.

Recomendamos que os parlamentares das Américas comprometam ativamente os seus cidadãos, com a finalidade de educá-los e informá-los sobre a ALCA.

Sobre a participação dos Estados Unidos no FIPA

Reconhecendo a importância dos Estados Unidos da América nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e sua condição de co-presidente das negociações;

Reconhecendo que os Estados Unidos da América são membros do FIPA;

Observando que o processo da Cúpula das Américas reconhece o papel do FIPA na realização das metas do processo da Cúpula, que inclui a Área de Livre Comércio das Américas;

RECOMENDAMOS

Que os legisladores estadunidenses se comprometam com o FIPA para discutir temas relacionados com as negociações da Área de Livre Comércio das Américas.

Sobre a preparação para a ALCA

Reconhecendo que a liberalização do comércio tem o potencial para criar benefícios que favoreçam as economias das Américas;

Reconhecendo que a liberalização apresenta desafios aos setores tradicionais das economias dos países;

Reconhecendo que os impactos econômicos associados à liberalização do comércio não deveriam incrementar os tributos fiscais, causar fuga de capitais e piorar a distribuição de renda;

Observando que a implementação de uma ALCA exigirá mudanças nas políticas nacionais com a finalidade de ajudar os que forem afetados negativamente pelo acordo, como também aqueles que forem beneficiados por ele;

Reconhecendo que os países enfrentam distintos desafios ao negociar e implementar uma ALCA;

Reconhecendo que vários países do hemisfério já sofreram mudanças significativas por causa da liberalização do comércio;

Reconhecendo que todos os países das Américas poderiam obter benefícios ao compartilhar as melhores maneiras de proceder em relação à liberalização comercial;

RECOMENDAMOS

Que os países das Américas envolvam ativamente os seus cidadãos nas discussões a respeito da ALCA;

Que os países das Américas comecem a realizar reformas nacionais sem causar dano a suas populações, na medida do possível, e a orientar suas economias para enfrentar os desafios e oportunidades apresentadas por acordos comerciais, como é o caso da ALCA;

Que os líderes das delegações do FIPA que provêm dos países com experiência prévia em negociar e implementar acordos de liberalização comercial enviem ao Comitê Executivo do FIPA todas as informações que possuam sobre suas experiências, tanto positivas como negativas, em acordos de liberalização comercial, para publicação na página *web* do FIPA.

Ilustríssimo Don Boudria

Deputado do Canadá

Presidente do Grupo de Trabalho sobre a ALCA

Isabel Damilano

Secretária

Mariana George-Nascimento

Secretária

* * * *

Anexo 1 – Participantes

Senador Mario Lozada	Argentina
Senador José Zavalía	Argentina
Senador Antonio Cafiero	Argentina
Deputado Luis Molinari Romero	Argentina
Senadora Sandra Husbands	Barbados
Senador Hugo Carvajal	Bolívia
Senador Enrique Urquidi Hodgkinson	Bolívia – Presidente do Parlamento Andino
Deputado Joao Paulo Gamos da Silva	Brasil
Senadora Madeleine Plamondon	Canadá
Deputado Roy Bailey	Canadá
Deputado Philip Mayfield	Canadá
Senador Sergio Romero	Chile
Senador Juan Antonio Coloma	Chile
Deputado Juan Masferrer	Chile
Senador Jorge Pizarro	Chile – Presidente alterno do Parlatino
Senador Gabriel Zapata Correa	Colômbia
Deputada Nancy Patricia Gutiérrez	Colômbia
Deputado Tubal Paez	Cuba
Parlamentar Freddy Ehlers	Equador – Parlamento Andino
Parlamentar Juana Vallejo Klaere	Equador – Parlamento Andino
Senador Chester A. Humphrey	Granada
Deputado Juan Ramón Alvarado	Guatemala
Deputado Carlos Santiago Nájera	Guatemala
Deputado Nedis Adrián Licona Reyes	Honduras
Deputado Jack Arévalo Fuentes	Honduras
Deputado Eliseo Vallecillo Reyes	Honduras
Senador Anthony Johnson	Jamaica
Deputado Armando Leyson Castro	México
Deputada Blanca Gámez Gutierrez	México
Senadora Ana María Figueredo	Paraguai
Senadora Ada Fátima Jolalinach	Paraguai
Deputado Simón Benítez Ortiz	Paraguai
Deputado Oscar Ismael Silvero	Paraguai
Deputado Oscar Fernando Mercado	Paraguai
Deputado Fernando Oreggini	Paraguai
Senador José Tomás Pérez	República Dominicana
Deputado Hubert Asmamiredje	Suriname
Deputada Ruth Wydenbosch	Suriname

Deputado Alvaro Alonso	Uruguai
Deputado Ricardo Gutiérrez	Venezuela
Deputado Pedro Pablo Alcántara	Venezuela
Deputado Danilo Pérez Monagas	Venezuela
Deputado Walter Gavidia	Venezuela – Parlatino
Deputado Norexa Pinto	Venezuela – Parlatino
Deputado Nerio Rauseo	Venezuela – Parlatino

Anexo 2 – Referências bibliográficas

ALADI (2002), O tratamento das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias nas negociações da ALCA. ALADI/SEC/Estudo 154, Rev.1, 28 de novembro de 2002 [web ALADI].

ALADI (2001), A OMC e sua incidência no processo de integração regional. ALADI/SEC/Estudo 131, 23 de janeiro de 2001. ALADI - Secretaria General [web ALADI].

ALCA (1998), Cúpula das Américas. IV Encontro Ministerial do Comércio. São José, Costa Rica, 19 de março de 1998. Declaração Conjunta [web ALCA]

ALCA (2003), Declaração Ministerial. VIII Encontro Ministerial do Comércio. Miami, EUA, 20 de novembro de 2003.

Baumann, Renato (Org.) (2003), A ALCA e o Brasil: uma contribuição ao debate. IPEA-CEPAL.

Baumann, Renato e Francisco Galvão (2002), Os agentes econômicos em processos de integração regional; inferências para avaliar os efeitos da ALCA. CEPAL/ Escritório no Brasil, Documento LC/BRS/DT.024, julho de 2002 [web CEPAL Brasil]

BID (2002), Beyond Borders. O novo regionalismo na América Latina. O progresso econômico e social na América Latina. Relatório de 2002. Imprensa da Universidade John Hopkins, Washington, D.C.

BID - Centro Munk de Estudos Internacionais / Universidade de Toronto - Diálogo Interamericano (2002), O processo de formulação da política comercial. Nível um de um jogo de dois níveis: Estudos de países do Hemisfério Ocidental. BID/INTAL-ITD-STA, Documento de divulgação, março [web BID].

Blanco, Herminio e Jaime Zabludovsky (2003), Avanços e limites da negociação do Acordo de Livre Comércio das Américas. BID. Iniciativa Especial de Comércio e Integração, INTAL-ITD-STA, Documento de Trabalho IECI-01.

Bustillo, Inés e José Antonio Ocampo (2003) Assimetrias e cooperação na Área de Livre Comércio das Américas. CEPAL, Série Relatórios e Estudos Especiais, No. 13, maio 2003.

CAN (2003), Acordo de Livre Comércio das Américas: Impactos econômicos na Comunidade Andina. Análise da Secretaria Geral, setembro 2003

CEPAL (1994), O Regionalismo Aberto na América Latina e Caribe. A integração econômica ao serviço da transformação produtiva com equidade. LC/G.1801/Rev.1-P, Santiago, setembro 1994. Publicação das Nações Unidas, número de venda: S.94.II.G.3.

CEPAL (2002), Globalização e desenvolvimento. CEPAL, Secretaria Executiva. Documento LC/G.2157(SES.29/3), Santiago, abril 2002.

CEPAL (2002), Os processos de integração dos países da América Latina e Caribe 2000-2001: Avanços, retrocessos e temas pendentes. Vários autores, CEPAL-DCII, Série Comércio Internacional No. 25, Santiago, setembro [web CEPAL-DCII].

CEPAL (1996 a 2003), Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe, Edições 1996, 1997, 1998, 1999-2000, 2000-2001 e 2001-2002). Documentos: LC/G.1941, 1978, 2038-P, 2085-P e 2149-P, Santiago. [web DCII-CEPAL]. (capítulo sobre integração). "PANINSAL"

CEPAL (2003), O investimento estrangeiro na América Latina e Caribe. Relatório de 2002. Documento LC/G.2198-P, Santiago, março 2003 [web CEPAL, veja vários anos]

CEPAL/ Workshop em Buenos Aires (2002), As relações comerciais Argentina–Estados Unidos no enquadramento das negociações da ALCA. Documento LC/L.1722-P, LC/BUE/L.175, Buenos Aires, abril 2002. Publicação das Nações Unidas, No. de venda: S.02.II.G.33.

CEPAL/ Workshop em Montevideo (2001), Uruguai e o Mercosul diante da ALCA: Prioridades para a negociação tarifária. Documento LC/MVD/R.190, maio 2001.

Granados, Jaime (1999), A ALCA e a OMC: Especulações a respeito de sua interação. INTAL-BID-ITD, Documento de trabalho 4, Buenos Aires, agosto 1999.

Gutierrez, Hernán (2003), APEC 2004: Dinâmicas “antigas” e novas de abertura econômica transpacífica (Versão preliminar para comentários - dezembro).

ICTSD – CINPE - FUTURO (2003), Jornal “Pontes” de Miami: Informações sobre o VIII Encontro Ministerial da ALCA. 17 - 20 de novembro 2003. (http://www.ictsd.org/issarea/Americas/FTAA_ministerial/miami/daily_update/).

Kuwayama, Mikio (1999), Regionalismo aberto na Ásia-Pacífico e América Latina: Uma pesquisa da literatura. CEPAL, Série Comércio Internacional, Nº 4, dezembro 1999.

Maldonado, Raul (2003), Avanço e vulnerabilidade da integração econômica da América Latina e Caribe. CEPAL, Série Comércio Internacional, Nº 32, agosto 2003.

Motta Veiga, Pedro da (2002), ALCA e OMC: Negociações simultâneas, agendas convergentes, dinâmicas diferentes (Versão preliminar). IV Encontro LATN, Santiago.

SELA (2001), A comunidade andina diante da ALCA: implicações e oportunidades. SP/CL/XXVII.O/Diretiva No. 1-01. XXVII Encontro Ordinário do Conselho Latino-americano. Caracas, Venezuela, 8-10 de outubro de 2001. (web SELA)

Vaillant, Marcel (2001), Impacto da ALCA no comércio intra-regional e no comércio dos países membros da ALADI com os Estados Unidos e Canadá. ALADI/SEC/Estudo 130, 24 de setembro de 2001 [web ALADI].

Ventura-Dias, Vivianne (2001), Notas sobre acesso aos mercados e a formação de uma área de livre comércio com os Estados Unidos. CEPAL-DCII, Série Comércio Internacional No. 20, Santiago, dezembro 2001. Documento LC/L.1681-P.[web CEPAL-DCII].

Websites de interesse:

ALADI: : www.aladi.org

ALCA: www.ftaa-alca.org

APEC: <http://www.apecsec.org.sg/>

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org>

BID-INTAL: <http://www.iadb.org/intal>

CAN: www.comunidadandina.org

CARICOM: <http://www.caricom.org/>

FES-ALCA: <http://www.fes-alca.cl/>

Divisão de Comércio-CEPAL (DCII): www.eclac.cl/comercio

LATN (Flacso Argentina): www.latn.org.ar

MCCA-SIECA: <http://www.sieca.org.gt/>

MERCOSUL: <http://www.mercosur.org.uy/>

OEA: www.sice.oas.org/TUnit

OECD: <http://www.oecd.org/> OMC: www.wto.org

SELA: <http://sela2.sela.org/>

TLCAN: <http://www.nafta-sec-alena.org/>

UNCTAD: <http://www.unctad.org/>

União Européia: <http://www.europa.eu.int/>

USTR/USA: <http://www.ustr.gov>

5.9 Anexo 9 — Grupo de trabalho 3 (Sistemas fiscais): relatório e recomendações

Relatório do III Grupo de Trabalho Assuntos fiscais

O Grupo de Trabalho sobre Assuntos Fiscais realizou três reuniões, nos dias 1 e 2 de abril de 2004, sob a presidência do deputado do Brasil, senhor Luiz Carlos Hauly. A lista dos assistentes encontra-se no Anexo 1.

Intervenção do orador convidado

A análise do tema “Sistemas Tributários nas Américas” iniciou-se com uma apresentação do senhor Juan Cristóbal Bonnefoy, pesquisador em políticas orçamentárias, do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social ILPES (CEPAL), que teve como referência a harmonização tributária e seus principais desafios.



O senhor Bonnefoy realizou sua apresentação através de três temas centrais:

1- A situação atual dos sistemas tributários na América Latina e no Caribe.

Explicou que, entre 1990 e 2002, aumentou a carga tributária na região, dando como resultado uma maior cobrança da renda, o que ajudou a provocar uma queda nos déficits fiscais de quase 1% do PIB; no entanto, desde 1997 a 2002, a tendência foi aumentar o déficit em aproximadamente 3% do PIB.

2- O impacto tributário da globalização.

A liberalização comercial, embora melhore a eficácia econômica e acelere o desenvolvimento, também causa a perda de recursos públicos em países com desequilíbrios fiscais, requerendo este assunto uma avaliação cuidadosa.

Embora a média de cobrança dos impostos ao comércio e transações internacionais equivale a 10,7%, existem três países em que mais de 1/5 da cobrança provém destas fontes (Haiti, República Dominicana e Nicarágua). No outro extremo, dois países possuem uma dependência tributária de quase 1% (Brasil e Uruguai). Existem, portanto, dois blocos de países, um deles com uma alta dependência destes recursos, o qual justificaria a aprovação de fundos estruturais para efetuar as compensações correspondentes¹.

1 Quadro sobre carga e composição de Receitas Tributárias na América Latina, 2002 (%PIB). Fontes: ILPES – CEPAL. Panorama das Finanças Públicas, 2004.

Como conseqüência do que foi visto, os países têm reagido, aprovando pacotes tributários que têm “sujado” o sistema e retrocedido no balanço global das contas fiscais (meia década perdida). Por outro lado, tem sido adotada uma política tributária regressiva: impondo os impostos ao consumo e ao trabalho.

3 - A harmonização dos sistemas tributários

3.1 Argumentos contrários:

- Atenta contra a livre escolha dos governos sobre as políticas e contra a liberdade dos cidadãos para escolher onde trabalhar, poupar e investir e, de conseqüência, afeta o crescimento;
- Atenta contra uma distribuição eqüitativa da renda.

3.2 Argumentos a favor:

- Permite onerar as transações realizadas por via eletrônica;
- Facilita a imposição de tributos aos preços de transferência que as transnacionais efetuam entre o banco de origem e a filial;
- Desencoraja a transferência de recursos a paraísos fiscais.

3.3 Caminhos de harmonização:

Afirmou que a ALCA não colocou em sua agenda a harmonização tributária.

- Harmonização explícita: acontece quando os países se comprometem a estabelecer uma taxa mínima ou comum;
- Harmonização implícita: aquilo que se consegue através de acordos multilaterais ou bilaterais que facilitam o intercâmbio de informações tributárias ou convênios de dupla tributação.

Referiu-se, além disso, ao tema dos pactos fiscais, recomendados pela CEPAL, em que cada país estabelece parâmetros sobre para onde deve ir a estrutura tributária (caso Guatemala).

Considerou que eram perguntas pertinentes, mas de difícil resposta nesta ocasião:

Qual é o modelo de convergência que se procura: o da União Européia, dos EUA ou da Ásia?

Qual é o nível adequado da pressão ou carga tributária?

Destacou a situação dos países perdedores que mereceriam a concessão de compensações tributárias.

Finalmente, como objetivo prioritário da harmonização, foi indicada a descentralização tributária.

Debate do Grupo de Trábalo

O debate no Grupo de Trabalho teve uma ampla participação de seus integrantes, destacando-se as seguintes conferências:

O deputado, senhor Luiz Carlos Haully (Brasil), asseverou que não se percebe um real esforço de harmonização dos sistemas tributários na América Latina. Em geral, nestes sistemas foi privilegiada uma maior carga dos impostos indiretos e uma menor carga dos diretos, o que provoca um forte impacto regressivo nas pessoas de menores rendas.

O deputado, senhor Carlos Kuschel (Chile), falou sobre a importância de harmonizar não somente as receitas mas também as despesas, visto que neste aspecto não existe um verdadeiro controle no que se refere à eficácia do mesmo.

O senador, senhor Mac Harb (Canadá), afirmou que é transcendental a padronização dos sistemas, porque é muito complexo estabelecer bases comparativas nos dias de hoje.

A deputada, senhora Jhannett Madriz (Venezuela), ressaltou a importância de incorporar a harmonização nas discussões dos tratados de comércio na América.

O deputado, senhor Sergio Díaz (Colômbia), reconheceu a importância da eficiência na despesa. Ao mesmo tempo, deveria ser considerada a criação de um fundo estrutural para aumentar o crescimento dos países mais débeis. Propôs uma reflexão sobre a eficiência e equidade do IVA.

O senador, senhor Juan Carlos Restrepo (Colômbia), realçou a eficiência da despesa e do planejamento a longo prazo a fim de produzir uma convergência entre os países da América Latina.

O deputado, senhor Luiz Carlos Haully (Brasil), propôs a criação de um organismo técnico dentro do FIPA que se encarregue, de forma permanente, do estudo da simplificação dos sistemas tributários.

A simplificação está diretamente relacionada com o grau de cumprimento dos contribuintes, o que, por sua vez, implica uma melhora na cobrança.

O senhor Juan Cristóbal Bonnefoy (CEPAL), esclareceu que a cultura de cumprimento é parte central do sistema e ela deve ser acompanhada por um sistema de administração tributária fortalecido e transparente.

O deputado, senhor Jesús Martínez (México), asseverou que a complexidade dos sistemas tributários não estimula os contribuintes a pagar.

Por outro lado, a globalização revelou uma defasagem com os sistemas tributários. Pelo que foi mencionado, deve existir um diagnóstico a partir do qual seja desenvolvido um pacto social e político que permita criar uma agenda ordenada, tudo isso em um clima de transparência.

O deputado, senhor Carlos Hidalgo (Chile), mencionou que um dos problemas é controlar a eficiência na despesa, já que embora os projetos sociais possam estar bem inspirados, a intervenção política acaba por desvirtuar a finalidade inicial.

Neste contexto, destacou a recente criação, como órgão permanente, da Comissão Mista de Orçamentos, que permitirá a realização de uma adequada fiscalização e avaliação dos gastos no Chile.

O senhor Juan Cristóbal Bonnefoy (CEPAL) insistiu em que o aumento do gasto não é suficiente para diminuir os níveis de pobreza. Afirmou a importância de incorporar à agenda da CEPAL o tema do acompanhamento da despesa fiscal desde uma perspectiva parlamentar.

O deputado, senhor Luiz Carlos Hauly (Brasil), opinou que os tributos impositivos utilizados pelos Estados Unidos são aqueles que deveriam imperar na América Latina, visto que são fortemente progressivos na renda e baixos nos impostos indiretos, o que os fortalece perante o comércio global.

O senador, senhor Alfredo Luis Jaeggli (Paraguai), comentou que, em seu país, se discute se deve-se ou não subir a pressão tributária, a qual hoje se eleva a 10%. A respeito, indicou que devido a entrada em vigor do MERCOSUL, o Paraguai deixou de perceber importantes receitas por conceito de taxas alfandegárias, e por isso diminuiu a carga tributária total.

Estima que, em países menos desenvolvidos, não se deve aumentar a carga tributária, pois isto afeta as pessoas de maiores rendas e, portanto, o investimento e a posterior criação de empregos. Portanto, um aumento de impostos acaba por afetar a competitividade nacional.

Por isso, opina que qualquer harmonização deverá considerar as realidades de cada país.

O deputado, senhor Francisco Monarrez (México), reconheceu que cada país tem sua própria realidade econômica e isso deverá ser levado em conta no momento de considerar as cargas tributárias. Portanto, não é possível importar um sistema tributário de um determinado país somente porque resultou bem sucedido.

Sobre a pergunta “qual imposto escolher?”, tudo indica que a tendência é escolher os impostos indiretos em lugar dos diretos.

O senador, senhor Juan Carlos Restrepo (Colômbia), sublinhou o efeito negativo que provoca a constante criação de novos tipos impositivos, porque isso afeta, de modo particular, o investimento estrangeiro. Diante deste quadro, o lógico é manter um princípio de estabilidade, o único que permite planejar a longo prazo.

Por outro lado, também é negativa a falta de simplicidade dos sistemas. A solução poderia ser expandir a base e generalizar o imposto ao consumo, pois isso evitará a evasão e o logro.

O deputado, senhor Jesús Martínez (México), afirmou que, muito mais do que harmonizar os sistemas tributários, o que resulta difícil devido às diferenças entre os países, deve existir uma harmonização no âmbito das regras gerais ou dos critérios, como por exemplo, tender à: a) simplificação dos sistemas tributários; b) equidade baseada na capacidade econômica do contribuinte; c) certeza jurídica de longo prazo; d) seletividade na aplicação de determinados tributos; e) um sistema de impostos de renda progressivo com poucos níveis; e f) uma base contributiva ampla.

Recomendações

Em consideração ao que foi dito, foram acordadas as seguintes RECOMENDAÇÕES, em relação ao tema em debate:

Conscientes da diversidade existente nos sistemas tributários dos países presentes a este Fórum e da importância de caminhar para uma maior harmonização das estruturas e mecanismos, em um contexto de cooperação regional, aconselha-se procurar em todas as instâncias possíveis:

1) Fomentar os seguintes propósitos gerais:

- a) a simplificação dos sistemas tributários,
- b) procurar a equidade baseada na capacidade econômica do contribuinte,
- c) a certeza jurídica de longo prazo na legislação,
- d) a seletividade na aplicação de determinados tributos,
- e) tender a um sistema de impostos de renda progressivos, com poucos níveis,
- f) estabelecer uma base contributiva ampla,
- g) fortalecer a administração tributária,
- h) aperfeiçoar os sistemas de controle tributário.

2) Incorporar a harmonização nas discussões dos tratados de comércio na América.

3) Reduzir a informalidade na atividade econômica.

4) Fortalecer a transparência e a prestação das contas fiscais.

5) Reconhecer a importância da eficiência na despesa e de considerar a criação de um fundo estrutural para aumentar o crescimento dos países menos desenvolvidos.

6) Procurar criar um grupo de trabalho permanente, com apoio técnico, dentro do FIPA, que se responsabilize, de maneira constante, do estudo da simplificação e harmonização dos sistemas tributários e de divulgar as melhores práticas na região.

7) Incluir na agenda da CEPAL o tema do acompanhamento da despesa fiscal, dentro da perspectiva parlamentar.

Ilustríssimo senhor Luiz Carlos Hauly

Deputado do Brasil

Presidente do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Fiscais

Javier Rosselot Jaramillo

Secretário

Anexo 1 – Participantes

Senador Celso Jaque	Argentina
Deputado Dave Burgos	Belize
Deputado Luiz-Carlos Hauly	Brasil
Senador Michel Biron	Canadá
Senador Mac Harb	Canadá
Deputado Juan Masferrer	Chile
Deputado Carlos Ignacio Kuschel	Chile
Deputado Carlos Hidalgo	Chile
Senador Juan Carlos Restrepo	Colômbia
Deputado Sergio Díaz-Granados	Colômbia
Deputado Freddy Ehlers	Equador – Parlamento Andino
Deputado Víctor Gutiérrez	Guatemala
Deputado Salvador González	Guatemala
Deputado Lester Reyna	Guatemala
Deputado Carlos Morales	Guatemala
Deputado Jesús Martínez	México
Deputado Francisco Monarrez	México
Senador Alfredo Jaeggli	Paraguai
Deputado Edgar Venialgo	Paraguai
Deputado Carlos Samudio	Paraguai
Deputada Jhannett Madriz	Venezuela – Parlamento Andino

5.10 Anexo 10 — Resolução 1

RES. 1/2004

Resolução N.º 1

Inclusão oficial das legislaturas nacionais das Américas no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)

A ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA),

Observando que os Regulamentos do FIPA declaram que o FIPA é composto pelas legislaturas nacionais dos Estados do hemisfério;

Considerando a recomendação do Comitê Executivo do FIPA em seu oitavo encontro, realizado em Miami em 18 de novembro de 2003, de que os parlamentos do hemisfério se tornem oficialmente membros do FIPA;

Reconhecendo que o FIPA e seus membros beneficiam da participação ativa dos parlamentares como representantes oficiais de suas instituições parlamentares nacionais;

RESOLVE:

1. Instar os respectivos gabinetes das legislaturas dos Estados soberanos das Américas a enviar um comunicado por escrito à Secretaria Técnica do FIPA confirmando sua condição de membro oficial do FIPA;
2. Recomendar aos respectivos órgãos nacionais dos parlamentos das Américas que criem divisões regionais do FIPA, de maneira coerente com seus procedimentos internos, a fim de apoiar durante todo ano o trabalho realizado pelo Fórum em seu encontro plenário anual;
3. Solicitar que os chefes das delegações presentes na Terceira Assembléia Plenária trabalhem para apoiar as medidas que visam fazer com que seus respectivos parlamentos passem a integrar o FIPA, formem divisões regionais e informem a Secretaria Técnica sobre o progresso de ambas as iniciativas;
4. Inserir as disposições sobre financiamento no regulamento do FIPA e no esquema de contribuição propostos pelo Comitê Executivo, de acordo com os documentos juntos; e
5. Recomendar que a presidente do FIPA, com o apoio dos membros do Comitê Executivo e da Secretaria Técnica, acompanhe esta resolução e apresente um relatório sobre o progresso realizado na próxima Assembléia Plenária.

* * * *

Aprovada por unanimidade pela III Assembléia Plenária em 3 de abril de 2004.

Anexo

1. Acrescenta-se ao Capítulo III dos regulamentos do FIPA uma alínea com o seguinte teor:

3. Financiamento

O orçamento anual para o funcionamento permanente do FIPA será coberto com as cotas ordinárias de cada membro, as contribuições adicionais voluntárias de seus membros, os recursos provenientes da cooperação externa e as doações especiais.

- a) As cotas ordinárias para cada um dos parlamentos membros serão determinadas pelo Comitê Executivo, com base nas contribuições de seus respectivos países para a OEA, e serão apresentadas na Assembléia Plenária para aprovação.
- b) Os membros que estiverem aptos para o fazer, poderão efetuar contribuições adicionais voluntárias para o orçamento geral da organização.
- c) O FIPA poderá administrar financiamento não reembolsável diante de organismos internacionais ou agências de cooperação, para complementar as necessidades financeiras de funcionamento ou para a execução de projetos especiais. A Assembléia Plenária será notificada de todos os recursos recebidos por meio deste conceito.
- d) O FIPA poderá administrar e aceitar todo gênero de contribuições e doações públicas ou privadas que não comprometam a liberdade de decisão e ação do Fórum. A Assembléia Plenária será notificada de todos os recursos recebidos por meio deste conceito.

2. Adotar o seguinte plano de contribuições para o período 2004-2005:

Pais / Country	% Contribución a la OEA / Contribution to the OAS	Nivel de contribución a FIPA / Cuota Level	Contribución a FIPA de acuerdo a niveles de cuotas basadas en % de contribución a la OEA US\$
Canadá	12.52%	6	\$ 15,000.00
México	6.16%	6	\$ 15,000.00
United States	60.22%	7	\$ 21,000.00
Subtotal Norteamérica	78.89%		\$51,000.00
Costa Rica	0.13%	3	\$ 4,000.00
República Dominicana	0.18%	3	\$ 4,000.00
El Salvador	0.07%	2	\$ 3,000.00
Guatemala	0.13%	3	\$ 4,000.00
Honduras	0.07%	2	\$ 3,000.00
Nicaragua	0.07%	2	\$ 3,000.00
Panamá	0.13%	4	\$ 6,000.00
Subtotal Centroamérica	0.79%		\$27,000.00
Antigua and Barbuda	0.02%	1	\$ 2,000.00
Bahamas	0.07%	2	\$ 3,000.00
Barbados	0.08%	2	\$ 3,000.00
Belize	0.03%	1	\$ 2,000.00
Cuba	0.00%	3	\$ 4,000.00
Dominica	0.02%	1	\$ 2,000.00
Grenada	0.03%	1	\$ 2,000.00
Guyana	0.02%	1	\$ 2,000.00
Haiti	0.07%	2	\$ 3,000.00
Jamaica	0.18%	3	\$ 4,000.00
St. Kitts and Nevis	0.02%	1	\$ 2,000.00
St. Lucia	0.03%	1	\$ 2,000.00
Suriname	0.07%	2	\$ 3,000.00
St. Vincent and the Grenadines	0.02%	1	\$ 2,000.00
Trinidad and Tobago	0.18%	3	\$ 4,000.00
Subtotal Caribe	0.85%		\$40,000.00
Argentina	4.96%	5	\$ 10,000.00
Bolivia	0.07%	2	\$ 3,000.00
Brasil	8.66%	6	\$ 15,000.00
Chile	0.55%	5	\$ 10,000.00
Colombia	0.95%	5	\$ 10,000.00
Ecuador	0.18%	3	\$ 4,000.00
Paraguay	0.18%	3	\$ 4,000.00
Perú	0.42%	5	\$ 10,000.00
Uruguay	0.26%	4	\$ 6,000.00
Venezuela	3.24%	5	\$ 10,000.00
Subtotal Suramérica	19.47%		\$82,000.00
Gran Total	100%		\$200,000

Cuotas / Quotes	% Cont. OEA / OAS	
Nivel / Level 1	0.02% - 0.05%	\$ 2,000.00
Nivel / Level 2	0.05% - 0.10%	\$ 3,000.00
Nivel / Level 3	0.10% - 0.20%	\$ 4,000.00
Nivel / Level 4	0.20% - 0.40%	\$ 6,000.00
Nivel / Level 5	0.40% - 5.00%	\$ 10,000.00
Nivel / Level 6	5.00% - 15.00%	\$ 15,000.00
Nivel / Level 7	15.00% - +	\$ 21,000.00

5.11 Anexo 11 — Resolução 2

RES. 2/2004

Resolução Nº. 2

Para reafirmar o compromisso do FIPA com os valores democráticos nas Américas

A ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA),

Considerando que o FIPA reconhece a democracia representativa que promove a participação popular como indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região, e que um dos objetivos deste Fórum é fomentar e consolidar a democracia representativa, com o devido respeito pelo princípio de auto-determinação dos povos;

Tendo em mente que o FIPA se fundamenta no respeito e promoção dos valores e princípios democráticos, tais como: o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; o acesso ao poder e seu exercício, em conformidade com o estado do direito; a realização de eleições periódicas, livres, justas e baseadas no sufrágio universal e secreto como expressão da soberania do povo; o regime pluralista de partidos e organizações políticas², e a separação e independência dos poderes públicos;

Reconhecendo que são componentes fundamentais do exercício da democracia a transparência das atividades governamentais, a probidade, a responsabilidade dos governos na administração pública, o respeito pelos direitos sociais e a liberdade de expressão e de imprensa;

RESOLVE:

- 1) Apoiar a realização de eleições livres e transparentes que garantam o direito de auto-determinação dos povos;
- 2) Recusar qualquer intervenção que tencione limitar os direitos dos parlamentares no exercício de suas funções, os quais são outorgados diretamente por voto popular e por eleições livres e informadas;
- 3) Reafirmar o princípio de separação e independência dos parlamentos do poder executivo; e
- 4) Reconhecer a Carta Democrática Inter-Americana como o instrumento fundamental que deve orientar a atuação do FIPA.

* * * * *

Aprovada por unanimidade pela III Assembléia Plenária durante a sessão de 3 de abril de 2004.

² O representante de Cuba solicitou a ressalva a seguir: "... nosso sistema político baseia-se em um exercício da democracia direta da população, o qual rejeita qualquer intervenção de um partido ou organização política. Os partidos políticos em Cuba não cumprem nenhuma função eleitoral. Portanto, de acordo com nossa Constituição, tenho a ressaltar que o regime pluralista de partidos em meu país não se aplica conforme exortado neste documento. Apoio plenamente o resto do texto".

5.12 Anexo 12 — Composição do Comitê Executivo

Membros do Comitê Executivo do FIPA para 2004-2005

Representação	Parlamentar	País	Mandato
Presidência	Senadora Céline Hervieux-Payette	Canadá	2004 – 2006
América do Norte	Senadora Silvia Hernández	México	2003 – 2005
	Deputado Don Boudria	Canadá	2004 – 2006
América Central	Deputado Mario Calderón	Costa Rica	2003 – 2005
	Deputado Jack Arévalo	Honduras	2004 – 2006
Caribe	A ser definido	Haiti	2003 – 2005
	Senadora Sandra Husbands	Barbados	2004 – 2006
América do Sul	Deputado Luis A. Molinari	Argentina	2003 – 2005
	Senador Alejandro Velásquez	Paraguai	2004 – 2006
País anfitrião	Deputado Luiz Carlos Hauly	Brasil	2004 – 2005

Secretário
Sr. Mateo Barney

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Office 361-E, Centre Block
Parliament Buildings
Ottawa, Ontario K1A 0A4
Canada

Fax: +1 (613) 947-8010
e-mail: info-fipa@e-FIPA.org

www.e-FIPA.org

© 2004